

L'OSSERVATORE ROMANO

EDIÇÃO SEMANAL  EM PORTUGUÊS

Unicuique suum Non praevalerunt

Ano LI, número 39 (2.664)

Cidade do Vaticano

terça-feira 29 de setembro de 2020

Na mensagem em vídeo à Assembleia geral da Onu o Papa invocou uma mudança de rumo para sair da crise e relançar o multilateralismo

Uma nova corresponsabilidade mundial para debelar o individualismo autodestrutivo

Este é o momento da escolha

ANDREA MONDA

As palavras da mensagem em vídeo que o Papa enviou ontem à assembleia geral da Onu são tão claras e simples que não precisam de qualquer comentário ou explicação, mas apenas de ser lidas com atenção e meditadas através de uma reflexão que conduza a ações concretas. Cabeça, coração e mãos, para usar uma imagem querida a Bergoglio, devem ser tocados e envolvidos, todos juntos, num circuito virtuoso que impulsiona os homens para aquela “mudança de rumo” colocada no centro desta mensagem que por vezes parece uma exortação, quase um grito. A situação mundial, examinada com participação, cuidadosa meticulosidade pelo Santo Padre, de facto «exige uma mudança de rumo, e já temos os recursos, os meios culturais e tecnológicos, e a consciência social. Contudo, esta mudança tem necessidade de um marco ético mais forte, capaz de superar a “cultura do descarte”, tão difundida e inconscientemente consolidada». Algumas linhas antes, o Papa tinha refletido sobre os grandes progressos tecnológicos ocorridos nos últimos anos que deveriam servir para tornar as condições de vida e de trabalho das pessoas mais dignas em vez de contribuir para a sua maior exploração. Volta à memória o longo diálogo que teve lugar nos primeiros anos do século entre o então Cardeal Joseph Ratzinger e o filósofo Jurgen Habermas, no qual o primeiro salientou que um grande desenvolvimento tecnológico não tinha sido acompanhado por um crescimento semelhante no nível ético da humanidade como o demonstrado exemplo da energia nuclear, uma potência gigantesca que requer uma força moral igualmente grande. Citando as palavras do escritor inglês Tolkien: estamos a construir um mundo de meios melhores para fins piores.

A mensagem do Papa, ao enumerar e exemplificar os problemas que afligem a humanidade espalhada pelos cinco continentes, coloca as prioridades em ordem, refletindo sobre os fins e, portanto, sobre os meios, reafirmando a cen-



Para sair da crise é preciso vencer a tentação de ceder a atitudes autodestrutivas e empreender o caminho do multilateralismo que conduz a «uma renovada corresponsabilidade mundial». Afirmou o Papa Francisco na mensagem em vídeo que dirigiu a 25 de setembro à 75.ª Assembleia geral das Nações Unidas que está a decorrer em Nova Iorque. Partindo da constatação de que esta situação de emergência «está a mudar o nosso estilo de vida» e «a pôr em questão os nossos sistemas eco-

nómicos, de saúde e sociais», o Pontífice invocou uma decidida inversão de rota. Com efeito, a pandemia pode transformar-se «numa oportunidade real», sob condição de que a mudança seja feita no quadro de «um contexto ético mais forte, capaz de superar a tão difundida e inconscientemente consolidada “cultura do descarte”», na origem da qual está «a grande falta de respeito pela dignidade humana, a promoção ideológica com visões reducionistas da pessoa, a negação da universali-

dade dos seus direitos fundamentais e o desejo de poder e controlo absolutos». O olhar do Papa alargou-se aos dramas do mundo, passando em resenha as situações que desafiam a capacidade dos povos e das nações de construir um futuro digno do homem. Por fim, voltou a convidar a comunidade internacional a abandonar a lógica da “intimidação nuclear” e empreender o caminho do desarmamento.

PÁGINAS 8 E 9

Carta «Samaritanus bonus» sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida

A medicina como arte terapêutica



LUIS FRANCISCO LADARIA FERRER*

Durante a sessão plenária da Congregação para a Doutrina da Fé, em 2018, a propósito das questões relativas ao acompanhamento dos doentes nas fases críticas e terminais da vida, os padres do dicastério sugeriram a oportunidade de um documento que tratasse desta temática, não apenas de modo doutrinariamente correto, mas também com uma forte abordagem pastoral e uma linguagem compreensível, à altura do progresso das ciências médicas. Era necessário

CONTINUA NA PÁGINA 12

A quem se dirige Francisco de Assis no início da nova encíclica

“Fratres omnes” irmãos e irmãs todos

Niklaus Kuster nas páginas 6 e 7

Cuidar dos doentes aprendendo o que significa amar

ANDREA TORNIELLI NA PÁGINA 11

Debelar a fome e a seca com a apicultura

ENRICO CASALE NA PÁGINA 14

CONTINUA NA PÁGINA 8

Iniciativa da Repam para produzir e divulgar informações locais

Ecos da Amazônia

Uma nova narração comunicativa, feita de sons, vozes, sonhos, desafios e até gritos, que visa alcançar um grande número de espaços e áreas dentro e fora da Amazônia, fonte absoluta e inesgotável de notícias e histórias finalmente disponíveis para todos. Estas são as características dos podcasts "Ecos da Amazônia", lançados recentemente pela Rede eclesial pan-americana (Repam) do Brasil e que estarão disponíveis semanalmente no site do organismo sul-americano. O conteúdo será publicado também nas principais plataformas digitais, de modo a chegar às estações de rádio comunitárias e comerciais, e também compartilhado por sites e plataformas de streaming de áudio, tais como Spotify e Deezer. Com efeito, a linguagem dos podcasts é muito próxima da rádio, veículo de grande expressão na Amazônia.

O objetivo do projeto, coordenado pela área de comunicação da Repam, juntamente com o Comitê de Roraima, uma organização sem fins lucrativos que se ocupa dos direitos dos povos indígenas do Brasil, é criar conteúdos jornalísticos a partir da realidade multiforme deste grande pulmão verde, tendo em consideração os seus protagonistas e construindo narrações que falem sobre o território. «Estou muito feliz com esta iniciativa – disse a jornalista Janaína Souza, membro da organização e responsável pela produção e apresentação dos podcasts – especialmente porque vivo na Amazônia, onde existe a necessidade urgente de comunicar em voz alta os nossos desejos e carências num momento em que tanto o Brasil como, sobretudo, esta área, estão fortemente ameaçados».

Um dos objetivos de "Ecos da Amazônia" é contribuir para a produção e a divulgação de informações locais: «É uma oportunidade para dar voz àqueles que vivem e sobrevivem nesta área. Para quem está fora do território, é uma forma significativa de conhecer a realidade, graças a quantos testemunham e participam dia após dia no que acontece aqui», concluiu Janaína Souza.

É também a melhor forma de celebrar os seis anos de atividade da Repam, desde 2014, ao lado dos indígenas da Amazônia em defesa da sua vida e cultura. Durante a conferência de imprensa online, em que foi apresentado o novo secretário executivo, o religioso marista João Gutemberg Sampaio, que participou no Sinodo especial dedicado à Amazônia, realizado em outubro de 2019, a Rede eclesial explicou o processo de discernimento que se leva a cabo e os objetivos estabelecidos para os próximos anos, reiterando a necessidade de continuar a colaboração

"transnacional" com todos os Estados membros.

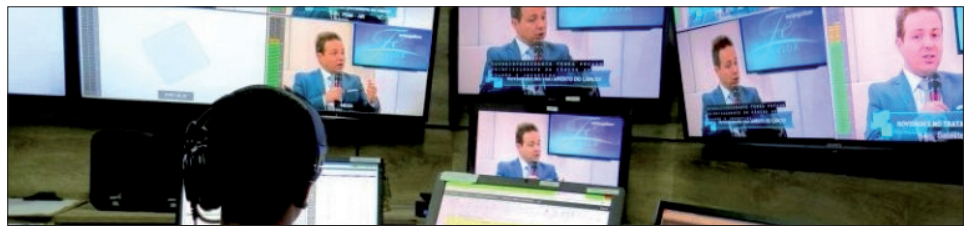
O Comitê de Roraima, já mencionado antes, desempenhou e ainda desempenha um papel importante nas intervenções no território ao longo dos últimos anos. É o criador de vários projetos a favor das comunidades mais desfavorecidas, como as da região de Surumu, atingidas por uma epidemia devido à poluição do rio Cotingo. A fim de enfrentar esta emergência, foi lançado um programa de angariação de fundos para construir um poço artesiano, evitando assim problemas de mortalidade que poderiam ocorrer durante a es-

tação das chuvas. Esta solução está intimamente ligada a outro projeto, financiado no ano passado, relativo ao apoio à modernização da criação de animais nesta área, fornecido também por estudantes do centro de formação indígena Raposa Serra do Sol. Uma contribuição significativa para valorizar, multiplicar e reforçar a produção de alimentos de boa qualidade de aves de capoeira, carne e ovos, em benefício da melhoria da nutrição nas famílias e nas instituições escolares. Anteriormente, a organização já tinha angariado dinheiro suficiente para instalar fornos para a produção de farinha, aumentan-

do a quantidade e a qualidade, onde as mulheres da comunidade eram empregadas para aprender uma nova profissão e, ao mesmo tempo, garantir autonomia e sustento às suas famílias. No âmbito das intervenções em terras amazônicas, o Comitê de Roraima não esqueceu as crianças em maior risco, ajudando por exemplo as residentes em Marcos Moura, distrito da cidade de Santa Rita no Estado da Paraíba, onde funciona o centro católico "Projeto legal", que as tira da rua e das mãos do crime do narcotráfico, proporcionando-lhes alimentação, educação, formação humana e cristã.

A importância dos meios de comunicação social brasileiros na difusão da Bíblia

Anunciar o evangelho



A fim de tornar mais eficaz a frase "Abre a tua mão para o teu irmão", que ilustra o Mês bíblico, e de a fazer chegar a todas as camadas da sociedade, a Igreja no Brasil decidiu concentrar-se nos meios de comunicação social, considerados fundamentais pelos preladados, especialmente neste período marcado pela pandemia da Covid-19. Para o episcopado brasileiro, os meios de comunicação social desempenham um papel essencial na promoção da animação bíblica, através de iniciativas difundidas pela rádio, televisão, imprensa e internet.

«É necessário encorajar o encontro com a Palavra – salientou o presidente da Comissão para a animação bíblico-catequética da Cnbb e arcebispo de Curitiba, D. José Antônio Peruzzo – e não simplesmente multiplicar os sacramentos, que não podem ser perdidos porque são um bem precioso da nossa identidade. Se faltar a Palavra, podemos facilmente ser fascinados mais pelos mensageiros do que pelas mensagens, mais pelos mensageiros do que pela Palavra de Deus que nos torna discípulos». O prelado insistiu sobre a eficácia de muitas transmissões de rádio e televisão que conseguem atrair a atenção de centenas de milhares de pessoas desejosas de ouvir a mensagem evangélica da Igreja. A tal propósito, enumerou uma série de programas de aprofundamento religioso merecedores de consideração e nos quais os bispos se concentraram para enfatizar a importância do Mês bíblico. Entre eles, os transmitidos pela Rádio 9 de Julho, da Arquidiocese de São Paulo, onde o biblista Matthias Grenzer trabalhou durante dez anos na realização de programas destinados a aprofundar a Bíblia, tais como «Esperanças bíblicas» e «Cultura bíblica», enquanto, recentemente, colaborou na produção de «Pílulas bíblicas».

Na estação de televisão Evangelizar, D. Peruzzo apresenta dois programas centrados no tema: «Orante Leitura da Palavra» e «Conhecendo a Palavra», com aprofundamentos sobre os Evangelhos e a Bíblia. «O programa "Orante Leitura da Palavra" – explicou o arcebispo – é uma iniciativa que eu não tinha visto antes e que, no início, suscitou muitas perguntas e até dúvidas. Mas, por insistência da direção da emissora comecei, com uma certa hesitação, a considerar que não se tratava apenas de um espaço onde os trechos do Evangelho eram lidos, nem de um círculo bíblico. No entanto – continuou – depois de ter começado, fiquei impressionado com o interesse crescente pela oração e pela leitura da Palavra de Deus. Devemos ser mais audazes. Ainda não me tinha apercebido da eficiência do trabalho pastoral na televisão, inspirado, fundado e apoiado pela Bíblia e pela Palavra». Segundo o prelado, as pessoas que seguem os programas de televisão são numerosas porque querem conhecer o texto sagrado mais a fundo. «Há um grande interesse e o povo de Deus tem sede de conhecer a Bíblia. Devemos dedicar muito mais tempo do nosso ministério a levar a Palavra às pessoas e às pessoas à Palavra».

Os textos bíblicos, portanto, apresentam-se como uma condição primária para o cumprimento da proposta missionária da Igreja no Brasil, uma Igreja em saída. Existem várias iniciativas no país que favorecem a aproximação à Palavra de Deus e à animação bíblica da vida pastoral, exercícios individuais de leitura orante, passando pelos ambientes bíblicos e pelos meios de comunicação. Numa nota, os preladados consideram que a Bíblia deve ser capaz de transformar a vida, começando com um encontro pessoal com Jesus Cristo, levando a uma conversão pessoal e entrando devidamente «no cuidado pastoral, não apenas na catequese».

L'OSSERVATORE ROMANO

EDIÇÃO SEMANAL EM PORTUGUÊS
Unicuique suum, Non praevalentibus

Cidade do Vaticano
redazione.portoghese.or@spc.va
www.osservatoreromano.va

ANDREA MONDA
diretor

Giuseppe Fiorentino
vice-diretor

Redação
via del Pellegrino, 00120 Cidade do Vaticano
telefone +39066989420
fax +390669883975

TIPOGRAFIA VATICANA EDITRICE
L'OSSERVATORE ROMANO

Serviço fotográfico
telefone +390669884797
fax +390669884998
photo@ossrom.va

Assinaturas: Itália - Vaticano: € 58,00; Europa: € 100,00 - U.S. \$ 148,00; América Latina, África, Ásia: € 110,00 - U.S. \$ 160,00; América do Norte, Oceânia: € 162,00 - U.S. \$ 240,00.

Administração: telefone +39066989480; fax +390669885164; e-mail: assinaturas.or@spc.va

Para o Brasil: Impressão, Distribuição e Administração: Editora Santuário, Televendas: 08000160004 ou 00551231042000. E-mail: sac@editorasantuario.com.br

Publicidade Il Sole 24 Ore S.p.A. System Comunicazione Pubblicitaria, Via Monte Rosa, 91, 20149 Milano, segreteria@redazione.system@ilsol24ore.com

CATEQUESE

Se não trabalharmos juntos nunca sairemos da crise

Atuar o princípio de subsidiariedade ouvindo os mais débeis

«Subsidiariedade e virtude da esperança»: eis os dois aspetos aprofundados pelo Papa Francisco durante a audiência geral de quarta-feira, 23 de setembro, no pátio de São Dâmaso, dando continuidade ao ciclo de catequeses a respeito do tema «Curar o mundo» em tempo de pandemia.

Estimados irmãos e irmãs, parece que o tempo não é muito bom, mas digo-vos igualmente bom dia!

Para sairmos melhores de uma crise como a atual, que é uma crise de saúde e ao mesmo tempo uma crise social, política e económica, cada um de nós é chamado a assumir a sua parte de responsabilidade, isto é, partilhar as responsabilidades. Devemos responder não só como indivíduos, mas também a partir do próprio grupo de pertença, do papel que desempenhamos na sociedade, dos nossos princípios e, se formos crentes, da nossa fé em Deus. Contudo, às vezes muitas pessoas não podem participar na reconstrução do bem comum porque são marginalizadas, excluídas ou ignoradas; certos grupos sociais são incapazes de contribuir, porque são económica ou politicamente asfixiados. Nalgumas sociedades, muitas pessoas não são livres de expressar a sua fé, os seus valores e as suas ideias: se as expressarem vão para a prisão. Noutras lugares, especialmente no mundo ocidental, muitas reprimem as próprias convicções éticas ou religiosas. Mas assim não se pode sair da crise, ou contudo, não podemos sair melhores. Sairemos piores.

Para que todos nós possamos participar no cuidado e na regeneração dos nossos povos, é justo que todos disponham dos recursos adequados para o fazer (cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja [CDSI]*, 186). Após a grande depressão económica de 1929, o Papa Pio XI explicou a importância do princípio de subsidiariedade para uma verdadeira reconstrução (cf. *Quadragesimo anno*, 79-80). Este princípio tem um duplo dinamismo: de cima para baixo e de baixo para cima. Talvez não compreendamos o que isto significa, mas é um princípio social que nos torna mais unidos.

Por um lado, e especialmente em tempos de mudança, quando indivíduos, famílias, pequenas associações ou comunidades locais são in-

capazes de alcançar os objetivos primários, então é justo que os níveis mais elevados do corpo social, como o Estado, intervenham a fim de oferecer os recursos necessários para prosseguir. Por exemplo, devido ao lockdown causado pelo coronavírus, muitas pessoas, famílias e atividades económicas encontraram-se e ainda se encontram em sérias dificuldades, por isso as instituições públicas procuram ajudar com apropriadas intervenções sociais, económicas e sanitárias: esta é a sua função, é o que devem fazer.

Mas por outro lado, os vértices da sociedade devem respeitar e promover níveis intermédios ou menores. Com efeito, é decisiva a contribuição de indivíduos, famílias, associações, empresas, de todos os organismos intermédios e até das Igrejas. Com os próprios recursos culturais, religiosos, económicos ou de participação cívica, eles revitalizam e fortalecem o corpo social (cf. *CDSI*, 185). Isto é, existe uma colaboração de cima para baixo, do Estado central a favor do povo, e de baixo para cima: das formações do povo para o alto. É precisamente este o exercício do princípio de subsidiariedade.

Cada um deve ter a possibilidade de assumir a sua responsabilidade nos processos de cura da sociedade da qual faz parte. Quando se ativa algum projeto que, direta ou indiretamente, diz respeito a determinados grupos sociais, estes não podem ser excluídos da participação. Por exemplo: «O que fazes? – Vou trabalhar pelos pobres – Muito bem, o que fazes? – Ensino os pobres, digo aos pobres o que têm



de fazer – Não, isso não está bem, o primeiro passo é deixar que os pobres te digam como vivem, do que precisam: devemos deixar que todos falem! É assim que funciona o princípio da subsidiariedade. Não podemos deixar estas pessoas fora da participação; a sua sabedoria, a sabedoria dos grupos mais humildes não pode ser posta de lado (cf. Exort. ap. pós-sinodal *Querida Amazonia [QA]*, 32; Enc. *Laudato si'*, 63). Infelizmente, esta injustiça ocorre muitas vezes onde se concentram grandes interesses económicos ou geopolíticos, tais como certas atividades mineiras em determinadas partes do planeta (cf. *QA*, 9.14). As vozes dos povos indígenas, as suas culturas e visões do mundo não são consideradas. Atualmente, esta falta de respeito pelo princípio da subsidiariedade propagou-se como um vírus. Pensemos nas grandes medidas de ajuda financeira implementadas pelos Estados. Ouvimos mais as grandes empresas financeiras do que as pessoas, ou aqueles que movem a economia real. Ouvimos mais as empresas multinacionais do que os movimentos sociais. Dizendo-o com a linguagem das pessoas comuns: ouvimos mais os poderosos

do que os débeis e o caminho não é este, não é o caminho humano, não é o caminho que Jesus nos ensinou, não é esta a atuação do princípio de subsidiariedade. Assim, não permitimos que as pessoas sejam «protagonistas do próprio resgate». No inconsciente coletivo de alguns políticos ou de certos sindicalistas há este lema: tudo para o povo, nada com o povo. De cima para baixo, mas sem ouvir a sabedoria do povo, sem deixar atuar esta sabedoria para resolver problemas, neste caso para sair da crise. Ou pensemos também no modo de curar o vírus: ouvimos mais as grandes empresas farmacêuticas do que os profissionais da saúde, que estão na linha da frente nos hospitais ou nos campos de refugiados. Este não é um bom caminho! Todos devem ser ouvidos, os que estão no alto e quantos estão em baixo, todos.

Para sairmos melhores de uma crise, deve ser implementado o princípio da subsidiariedade, respeitando a autonomia e a capacidade de iniciativa de todos, especialmente dos últimos. Todas as partes de um corpo são necessárias e, como diz São Paulo, as partes que podem parecer mais frágeis e menos importantes são na realidade as mais necessárias (cf. *1 Cor 12, 22*). À luz desta imagem, podemos dizer que o princípio da subsidiariedade permite que cada um assuma o seu próprio papel no cuidado e destino da sociedade. A sua implementação, a sua atuação, a atuação do princípio de subsidiariedade dá esperança, dá esperança num futuro mais saudável e justo; e construímos este futuro juntos, aspirando a realidades maiores, alargando os nossos horizontes. Ou juntos, ou não funciona. Ou trabalhamos em conjunto para sair da crise, a todos os níveis da sociedade, ou nunca o faremos. Sair da crise não significa



O Pontífice reiterou que as vacinas contra a Covid-19 deverão ser universais e não acessíveis apenas aos mais ricos

Combater a pobreza farmacêutica

Uma ampla difusão mundial de eventuais novas vacinas contra a Covid-19 foi desejada pelo Papa no discurso dirigido aos membros da fundação Banco farmacêutico, recebidos na manhã de 19 de setembro, na sala Paulo VI, por ocasião do 20º aniversário de atividade.

Bom dia, estimados irmãos e irmãs!

Bem-vindos! Agradeço ao Presidente da Fundação Banco Farmacêutico as cordiais palavras que me dirigiu. Como recordou, este ano celebra-se o vigésimo aniversário da instituição do Banco Farmacêutico: parabéns! A partir daquela intuição inicial, percorreu-se um longo caminho. Para além de estardes presentes na Itália, trabalhais também noutras nações.

Quem vive na pobreza é pobre de tudo, até de remédios, e por conseguinte a sua saúde é mais vulnerável. Às vezes corre-se o risco de não conseguir curar-se por falta de dinheiro, ou porque algumas populações no mundo não têm acesso a certos medicamentos. Existe também uma “marginalidade farmacêutica”, é preciso dizê-lo. Isto aumenta ainda mais a lacuna entre as nações e entre os povos. No plano ético, se existe a possibilidade de curar uma doença com um medicamento, ele deveria estar disponível para todos, caso contrário instaura-se uma injustiça. Demasiadas pessoas e crianças ainda morrem no mundo porque não podem dispor de um remédio, ou de uma vacina, que noutras regiões está



disponível. Conhecemos o perigo da *globalização da indiferença*. Ao contrário, proponho-vos a *globalização da cura*, ou seja, a possibilidade de acesso aos medicamentos, que poderiam salvar muitas vidas em todas as populações. E para fazer isto é necessário um esforço comum, uma convergência que envolva todos. E vós sois o exemplo deste esforço comum.

Desejo que a investigação científica possa progredir a fim de procurar soluções sempre novas para problemas antigos e novos. O trabalho de tantos investigadores é precioso e representa um magnífico exemplo do modo como o estudo e a inteligência humanos são capazes de fazer descobrir, na medida do possível, novos percursos de tratamento e de cura.

Fomentando a investigação e orientando a produção, as empresas farmacêuticas podem contribuir generosamente para uma distribuição mais equitativa dos remédios.

Os farmacêuticos são chamados a prestar um serviço de cura próximos das pessoas mais necessitadas e, com ciência e consciência, a trabalhar para o bem integral de quantos recorrem a eles. Inclusive os governantes, através de escolhas legislativas e financeiras, são chamados a construir um mundo mais justo, no qual os pobres não sejam abandonados ou, pior ainda, descartados.

A recente experiência da pandemia, para além de uma grande emergência sanitária na qual já morreu quase um milhão de pessoas, transforma-se numa grave crise económica, que continua a gerar pobres e famílias que não sabem como ir em frente. Enquanto se presta assistência caritativa, trata-se de combater também esta pobreza farmacêutica, particularmente mediante a ampla difusão mundial das novas vacinas. Repito que seria triste se ao fornecer a vacina se desse prioridade aos mais ricos, ou se esta vacina se tornasse propriedade desta ou daquela nação, e não fosse para todos. Deverá ser universal, para todos!

Caros amigos, muito obrigado pelo serviço que prestais aos mais frágeis. Obrigado pelo que fazeis. A jornada de recolha de medicamentos é um exemplo importante do modo como a generosidade e a partilha dos bens podem melhorar a nossa sociedade e dar um testemunho daquele amor na proximidade, que o Evangelho exige de nós (cf. Jo 13, 34). Abençoo todos vós aqui presentes e as vossas famílias. Abençoo e peço a Deus que abençoe todos vós que, como disse o presidente, sois de várias religiões. Mas Deus é Pai de todos e eu peço: Deus abençoe todos vós, as vossas famílias, o vosso trabalho e a vossa generosidade. E, dado que os sacerdotes pedem sempre, peço-vos que rezeis por mim. Obrigado!

Audiência geral de quarta-feira 23 de setembro

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

dar uma pincelada nas situações atuais para as fazer parecer um pouco mais justas. Sair da crise significa mudar, e a mudança real é feita por todos, por todas as pessoas que formam o povo. Por todas as profissões, todos. E todos juntos, todos em comunidade. Se não o fizerem todos, o resultado será negativo!

Numa catequese anterior vimos que a *solidariedade* é a saída para a crise: ela une-nos e permite-nos encontrar propostas sólidas para um mundo mais saudável. Mas este caminho de solidariedade precisa da *subsidiariedade*. Alguém poderia dizer-me: “Mas padre, hoje o senhor fala com palavras difíceis!”. É por que procuro explicar o que isto significa. Solidários, pois percorremos o caminho da subsidiariedade. Com efeito, não há verdadeira solidariedade sem a participação social, sem a contribuição dos organismos intermédios: famílias, associações, cooperativas, pequenas empresas, expressões da sociedade civil. Todos devem contribuir, todos! Tal participação ajuda a prevenir e a corrigir certos aspetos negativos da globalização e da ação dos Estados, assim como acontece no cuidado das pessoas atingidas pela pandemia. Estas contribuições “a partir de baixo” devem ser encorajadas. Mas como é

bom ver o trabalho dos voluntários na crise! Voluntários que vêm de todas as camadas sociais, voluntários que vêm das famílias mais ricas e das famílias mais pobres. Mas todos, todos juntos para sair. Isto é solidariedade e este é o princípio de subsidiariedade.

Durante o *lockdown*, o gesto de aplaudir médicos, enfermeiros e enfermeiras nasceu espontaneamente como sinal de encorajamento e esperança. Muitos arriscaram a vida e tantos deram a vida. Incluamos neste aplauso todos os membros do corpo social, a todos, a cada um, pela sua valiosa contribuição, por menor que seja. “Mas, o que poderia fazer aquele lá? – ouve-o, dá-lhe espaço para trabalhar, consulta-o”. Aplaudamos os “descartados”, aqueles que esta cultura qualifica como “descartados”, esta cultura do descarte, isto é, aplaudamos os idosos, as crianças, as pessoas com deficiência, aplaudamos os trabalhadores, todos aqueles que se põem ao serviço. Todos colaboram para sair da crise. Mas não nos limitemos apenas aos aplausos! A *esperança* é audaz, por isso encorajemo-nos uns aos outros a sonhar alto. Irmãos e irmãs, aprendamos a sonhar alto! Não tenhamos medo de sonhar alto, procurando os ideais de justiça e amor social que nascem da esperança. Não procuremos reconstruir o passado, o passado é

passado, esperam-nos realidades novas. O Senhor prometeu: “Renovarei todas as coisas”. Encorajemo-nos uns aos outros a sonhar alto, buscando estes ideais, não procuremos reconstruir o passado, especialmente o que era iníquo e já doente, e que já mencionei como injustiças. Construamos um futuro onde as dimensões local e global se enriqueçam mutuamente – cada um pode dar a sua contribuição, cada um deve fazer o que pode, a sua cultura, a sua filosofia, o seu modo de pensar – onde a beleza e a riqueza dos grupos menores, inclusive dos grupos descartados, possam florescer, pois também nisto há beleza, e onde aqueles que têm mais se comprometam a servir e a dar mais a quem tem menos.

No final da audiência, o Santo Padre saudou os vários grupos presentes dirigindo aos de língua portuguesa as seguintes palavras.

Saúdo cordialmente os peregrinos e ouvintes de língua portuguesa e animo-vos a procurar sempre o olhar de Nossa Senhora que conforta todos aqueles que estão na provação e mantém aberto o horizonte da esperança. Enquanto vos entrego, vós e as vossas famílias, à sua proteção, invoco sobre todos a Bênção de Deus!

Francisco recebeu os jornalistas do semanário belga «Tertio»

Na atual pandemia a mídia ajude as pessoas a não adoecer de solidão

«Alimentar a esperança na situação de pandemia que o mundo está a atravessar» e contribuir para fazer com que «as pessoas não adoçam de solidão»: eis a dupla missão que o Papa confiou à mídia de inspiração cristã, recebendo em audiência a 18 de setembro, na Sala Clementina, os jornalistas de «Tertio», semanal belga que celebra vinte anos de atividade.

Estimados irmãos e irmãs, bem-vindos!

Sinto-me feliz por me encontrar convosco, colaboradores do Semanário cristão «Tertio», que celebra o seu vigésimo aniversário. Desejo-vos uma peregrinação frutuosa a Roma e felicito-vos por tudo o que fazéis no campo da informação e da comunicação. Agradeço a Monsenhor Smet e ao Senhor Van Lierde as suas palavras de apresentação.

Na sociedade em que vivemos, a informação é parte integrante da nossa vida quotidiana. Quando é de qualidade, permite-nos compreender melhor os problemas e os desafios que o mundo é chamado a enfrentar e inspira os comportamentos individuais, familiares e sociais. Em particular, é muito importante a presença de meios de comunicação cristãos especializados em informação de qualidade sobre a vida da Igreja no mundo, capazes de contribuir para a formação das consciências.

Além disso, o próprio nome do vosso semanário «Tertio», refere-se à



Carta Apostólica de São João Paulo II *Tertio millennio adveniente*, em vista do grande Jubileu do Ano 2000, para preparar os corações a acolher Cristo e a sua mensagem libertadora. Portanto, esta referência não é apenas um apelo à esperança, mas visa também fazer ouvir a voz da

Igreja e a dos intelectuais cristãos num cenário mediático cada vez mais secularizado, a fim de o enriquecer de reflexões construtivas. Procurando uma visão positiva das pessoas e dos acontecimentos, rejeitando preconceitos, trata-se de fomentar uma cultura do encontro

através da qual é possível conhecer a realidade com um olhar confiante.

Notável é também a contribuição dos meios de comunicação cristãos para fazer crescer nas comunidades cristãs um novo estilo de vida, livre de todas as formas de preconceito e de exclusão. Com efeito – sabemos – «a tagarelice fecha o coração à comunidade, fecha a unidade da Igreja. O grande bisbilhoteiro é o diabo, que está sempre a dizer coisas negativas dos outros, porque é o mentiroso que procura desunir a Igreja, para afastar os irmãos e não fazer comunidade» (*Angelus*, 6 de setembro de 2020).

A comunicação é uma missão importante para a Igreja. Os cristãos comprometidos neste campo são chamados a pôr em prática de modo muito concreto o convite do Senhor a ir pelo mundo e a anunciar o Evangelho (cf. *Mc* 16, 15). Devido à sua elevada consciência profissional, o jornalista cristão é obrigado a oferecer um novo testemunho no mundo da comunicação, sem esconder a verdade nem manipular a informação. Com efeito, «na confusão das vozes e mensagens que nos rodeiam, temos necessidade de uma narração humana, que nos fale de nós mesmos e da beleza que nos habita; uma narração que saiba olhar o mundo e os acontecimentos com ternura, que conte a nossa participação num tecido vivo e que revele o en-

CONTINUA NA PÁGINA 6

A comunicação segundo o cristão, ou seja, o exercício da esperança

O Papa voltou a refletir sobre a centralidade do futuro

ANDREA MONDA

O Papa Francisco voltou a falar de um tema sobre o qual faz muita questão: o futuro. Fê-lo, falando à redação da revista belga «Tertio» na passada quinta-feira, 18 de setembro, com estas palavras: «O profissional cristão da informação deve ser um portador de esperança e de confiança no futuro. Pois só quando o futuro é acolhido como realidade positiva e possível, também o presente se torna viável».

O presente, diz o Papa, é de certa forma gerado na sua possibilidade concreta pelo futuro. Imaginar o futuro, um porvir possível, «humano», é decisivo para poder viver o presente. É significativo o uso do verbo «acolher»: futuro e presente são dois dons (a palavra «presente» já o indica no seu significado) que o homem pode e deve saber receber. Poder-se-ia dizer ainda mais: que até o passado nasce, «advém», do futuro. Face ao desafio que o futuro representa, que é sempre uma «a-ventura», algo que está para chegar, cada homem examina o presente e fá-lo com base no passado, ou seja, volta a ativar a

sua memória para procurar, na bagagem da sua experiência, uma sugestão, um caminho para atravessar o momento que tem à sua frente. É o futuro que, apresentando-se, realiza esta reativação da memória, trazendo à mente cenas, situações, episódios do passado. Eis por que o futuro é tão importante, ele diz-nos que o homem está des-centrado, encontra o seu baricentro fora de si mesmo, em algo que o precede, que está à sua frente e o atrai.

Isto é válido para cada homem e ainda mais para o cristão. Ele sabe que o seu «coração», o centro da sua vida, está em Deus e enquanto não «descansar» em Deus (como o capto o génio de Santo Agostinho) estará inquieto, precisamente des-centrado. Portanto, este coração está «além», no futuro que entretanto só pode ser imaginado. Trata-se de um aspeto característico do cristão, que alimenta a sua fé escutando a Palavra de Deus, lendo o texto da Bíblia, um livro que ofereceu uma grande dádiva à humanidade, concedendo-lhe precisamente o futuro. Com efeito, antes do Antigo e do Novo Testamento o futuro não tinha a uma sua cidadania legítima nas

ideias e na vida dos homens antigos. Por exemplo, para os gregos, o futuro não existia, mas correspondia ao eterno retorno do idêntico, ou seja, à repetição cíclica do passado. Este era o destino que, inelutável como uma roda, regressava sempre a si mesmo, sem nunca conseguir libertar-se dos ritmos da natureza, de tal modo que depois do inverno voltava de novo a primavera, e assim por diante, para sempre. Ulisses volta para casa em Ítaca e acaba por se encontrar com o seu pai Laertes, ou seja, o passado. A Abraão, ao contrário, o Senhor fala propondo-lhe que vá para uma terra estrangeira que «te indicarei». E Abraão move-se, impellido, como dirá São Paulo, por uma «spes contra spem», esperando contra toda a esperança.

Portanto, para o cristão o futuro não só reativa a memória, como suscita a esperança, esta nova e decisiva virtude que a Bíblia coloca no centro da existência humana. Ainda São Paulo, falando aos gregos de Salónica, escreve-lhes sobre o destino das pessoas mortas, para que «não vos entristeçais como os outros homens que não têm esperança» (*1 Ts* 4, 13). O cristão é o homem da esperança,

que se esforça por imaginar o futuro em que confia, porque Cristo é o Senhor da história, tendo rompido as correntes do tempo com a sua encarnação, morte e ressurreição.

É assim o cristão, mas ainda mais o «profissional cristão da informação» hoje chamado, diz o Papa, neste final de verão de 2020, «a alimentar a esperança na situação de pandemia que o mundo atravessa. Vós sois semeadores desta esperança num amanhã melhor. No contexto desta crise, é importante que os meios de comunicação social contribuam para fazer com que as pessoas não adoçam de solidão e possam receber uma palavra de consolação». O desafio do futuro é esta terrível doença da solidão, que já há décadas se propaga pelas sociedades ocidentais, mas felizmente existem «abrigos hospitalares», e são os jornalistas, também eles alistados neste grande «hospital de campanha» que é a Igreja, portadora daquela «forte esperança» de que Bento XVI falou em *Spe salvi*, a esperança que, ainda segundo São Paulo, «não desilude» (*Rm* 5).

A quem se dirige Francisco de Assis no início da nova encíclica

“Fratres omnes” irmãos e irmãs todos

NIKLAUS KUSTER*

O título da terceira encíclica do Papa Francisco, com o seu incipit “Irmãos todos”, suscita por vezes fortes reações. Com efeito, Francisco de Assis, aqui citado, dirige-se a todos os crentes — irmãos e irmãs no mundo inteiro. A contribuição seguinte ilustra a fonte que dá o nome à nova encíclica e requer traduções bem cuidadas.

Já semanas antes que a terceira encíclica do Papa Francisco seja assinada em Assis e o seu texto publicado,¹ desencadeou-se um debate sobre o seu título. Na área de cultura alemã, há mulheres que se propõem não ler um texto que se dirige apenas a “todos os irmãos”. As traduções pouco sensíveis ignoram que na citada obra Francisco de Assis se dirige tanto às mulheres como aos homens. O autor medieval defende, como a nova encíclica, uma fraternidade universal. O Papa Francisco destaca uma pérola espiritual da Idade Média, capaz de surpreender as leitoras e os leitores modernos.

Uma citação de Frei Francisco

No anúncio da encíclica, a reação dos meios de comunicação social foi justamente a de se questionar se o Papa Francisco coloca uma citação discriminatória no início da sua terceira encíclica. Como é possível que ele, cujas primeiras palavras públicas após a eleição foram “irmãos e irmãs”, se dirija agora apenas a “todos os irmãos”? Por que, excluindo as mulheres, o incipit exclui metade da Igreja? “Só os irmãos — ou o quê?”,

pergunta uma contribuição crítica de Roland Juchem.² O diretor do serviço do Vaticano da KNA explica que a nova encíclica começa conscientemente com as palavras do místico medieval de Assis, que foram fielmente traduzidas. Uma vez que Frei Francisco se dirige aos seus frades, a expressão “omnes fratres” deveria ser formulada no masculino. De acordo com esta lógica, contudo, a tradução correta seria “frades todos”! E então o texto seria lido apenas por uma minoria infinitesimal na Igreja. O Papa Francisco começa a sua nova encíclica com uma máxima de sabedoria do seu modelo. Aqueles que, com presumível fidelidade ao texto, insistem numa tradução apenas masculina, não reconhecem o verdadeiro destinatário da coletânea medieval: Francisco de Assis, com a composição final das suas “admoestações”, dirige-se a todas as mulheres e homens cristãos. As traduções para as línguas modernas devem expressá-lo de forma exata e imediatamente compreensível.

Coletânea de sabedorias

Se a encíclica *Laudato si'* no seu incipit citava o *Cântico do Irmão Sol* composto pelo Pobrezinho na língua vulgar medieval, a terceira encíclica do Papa refere-se a uma coletânea das suas máximas de sabedoria. A fonte utilizada pelo Papa Francisco nas edições modernas dos escritos franciscanos tem o título de *Admonitiones*. A expressão “admoestações” é redutiva, visto que o total dos 28 ensinamentos espirituais incluem também numerosas bem-aventuranças,

um breve tratado e até um cântico à força dos dons do Espírito.³ Com efeito, a edição holandesa prefere falar de “Wijshheidsspreuken” (máximas de sabedoria).⁴ O facto de serem dirigidas aos frades é válido para a gênese das máximas singularmente, não para a coletânea sucessiva. Quando os tradutores se basciam no facto de que todas as edições-padrão dos escritos franciscanos em todas as línguas do mundo traduzem *omnes fratres* da máxima citada para a forma masculina, aprendem apenas meia-verdade. Por outras palavras: a tradução literal da frase latina não reflete o pleno significado que o texto pretende expressar na sua forma final! Na edição italiana das *Fon-tes Franciscanas*, a sexta admoestação começa com as palavras: “Olhemos atentamente, irmãos todos, para o bom pastor, que enfrentou a paixão da cruz para salvar as suas ovelhas”.⁵ Já aqui podemos ver que a imagem do pastor e do seu rebanho utilizada no texto inclui toda a Igreja, e não apenas um grupo de frades. A fim de reconhecer o destinatário final da coletânea de textos citada pelo Papa, é necessário distinguir entre o nascimento das diferentes partes do texto e a sua composição final. Nesta última, a palavra *fratres* alarga-se do pequeno círculo da *fraternitas* franciscana a toda a Igreja.

Da peça do puzzle
ao quadro completo

A citada alocação provém de uma coletânea que reflete debates espirituais entre os frades menores e as suas conclusões amadurecidas. No seu conjunto, a composição alarga o horizonte para além do pequeno círculo inicial. Cada uma das máximas dirige-se aos frades de Francisco, aos “religiosos” em geral e também a todas as pessoas ao serviço de Deus (*servi Dei*). Nos últimos anos da sua vida, Francisco de Assis reuniu 28 ensinamentos espirituais bem selecionados para formar um ciclo que conduz a um edifício espiritual e recorda a “casa da Sabedoria” bíblica com as suas “colunas esculpidas”.⁶ O número simbólico 28 é composto por 4 x 7: quatro indica o mundo e sete a criação de Deus, 28 representa simbolicamente a Igreja como obra de Deus.⁷ Quem passa sob um pórtico artisticamente decorado e se limita a olhar só para uma coluna? Para este edifício espiritual estão convidadas todas as pessoas, sem exceção, e com efeito cada palavra na coletânea dirige-se a todos.

Omnes fratres

Na abertura da coletânea final, a primeira *admonitio* fala efetivamente da Eucaristia, mas também se dirige de forma programática a todas as filhas e “filhos dos homens”.⁸ Assim, o texto latino no convidativo e breve tratado indica que o horizonte da esperança se abre para toda a Igreja e para todos os membros da humanidade. No seu percurso através da ca-

sa da Sabedoria descobrirão um caminho para uma “vida que os torna felizes”.⁹ De facto, no centro deste ciclo de lições espirituais, Francisco de Assis comenta bem-aventuranças bíblicas, também elas dirigidas a todas as pessoas, acrescentando-lhes dez bem-aventuranças próprias. O Papa Francisco não destaca um único texto, mas toda uma coletânea de textos, já definida por Kajetan Esser como a “Carta Magna” da fraternidade cristã.¹⁰ O subtítulo da encíclica deixa claro que ela se dirige, tal como o documento conjunto cristão-islâmico de Abu Dhabi sobre a fraternidade universal, além da própria Igreja, à humanidade: o Papa Francisco escreve “sobre fraternidade e amizade social”, que deve unir, sem qualquer exclusão, todas as pessoas num mundo solidário.

De “frades” a “irmãos e irmãs”

A razão pela qual o Papa Francisco, com a sua visão fraterna da humanidade, se refere justamente ao seu modelo, Francisco de Assis, e coloca uma citação *fraterna* no início da sua encíclica, pode ser brevemente ilustrada. Os escritos entregues pelo santo contêm uma coletânea de cartas, algumas das quais dirigidas a certos frades (Leão, António, responsáveis pelo governo), outras a toda a *fraternitas* dos Menores e a todos os fiéis. Uma singular carta circular, ao contrário, alarga o horizonte ao universal e é dirigida “a todos os poderes e cônsules, juizes e regentes em todas as partes do mundo, e a todos os outros a quem esta carta chegar”.¹¹ Nenhum Papa nem imperador do início da Idade Média se dirigiu à humanidade de uma forma tão universal. Na Regra de 1221, dirigida aos seus frades, Francisco insere uma exortação a toda a humanidade que supera qualquer confim de nação e de religião: não só os fiéis cristãos, nem sequer as pessoas comprometidas a nível eclesial, mas “todos os povos, populações, raças e línguas, todas as nações e todos os homens de todas as partes da terra, que são e serão... todos amamos... o Senhor Deus”.¹² O místico alarga os seus horizontes a toda a família humana, na Regra específica para os frades, poucos meses depois de ter chegado ao Egito na quinta Cruzada e de ter experimentado de forma impressionante, através do encontro com o Islão, que é possível descobrir a sabedoria espiritual e o amor de Deus inclusive fora da própria religião.¹³ A mesma abertura universal ocorre também com as suas máximas de sabedoria, que nas *Admonitiones* são unidas num ciclo artístico de breves lições. Nos últimos anos de vida, Francisco insere as que tinham sido palavras de sabedoria para os seus frades numa composição, dirigida a todos os fiéis. O texto latino não requer qualquer adição nem modificação: a expressão “fratres” utilizada pelos frades inclui também os irmãos e as irmãs carnis ou espirituais, como o faz ainda hoje “ir-

Ao semanário belga «Tertio»

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

traçado dos fios pelos quais estamos ligados uns aos outros» (*Mensagem para o 54º Dia das Comunicações Sociais*, 24 de janeiro de 2020). Vós sois protagonistas desta “narração”!

Portanto, o profissional cristão da informação deve ser um portavoze de esperança, um portador de confiança no futuro. Pois só quando o futuro é aceite como realidade positiva e possível, também o presente se torna viável. Estas reflexões podem ajudar-nos, especialmente hoje, a alimentar a esperança na situação pandémica que o mundo atravessa. Vós sois semeadores desta esperança para um amanhã melhor. No contexto desta crise, é importante que os meios de comunicação social ajudem a garantir que as pessoas não adoeçam de solidão e possam receber uma palavra de consolação.

Estimados amigos, renovo o meu encorajamento pelo vosso empenho e dou graças a Deus pelo vosso testemunho ao longo destes vinte

anos, que permitiram ao vosso Semanário ganhar fama. Como São João Paulo II assinalou, «para vós, que trabalhais nos campos da cultura e da comunicação, a Igreja está a olhar com confiança e com expectativa porque [...] sois chamados a ler e a interpretar o tempo presente, e a identificar os caminhos para uma comunicação do Evangelho em conformidade com as línguas e a sensibilidade do homem contemporâneo» (*Discurso aos participantes no Congresso promovido pela Cei para os operadores nos campos da comunicação e da cultura*, 9 de novembro de 2002).

Confio à proteção da Virgem Santa o vosso trabalho ao serviço do encontro entre as pessoas e as sociedades. Que Ela olhe para cada um de vós e vos ajude a ser discípulos fiéis do seu Filho na vossa profissão. Abençoe todos os colaboradores de “Tertio”, os familiares, assim como os leitores do jornal. E peço-vos, por favor, que não vos esqueçais de rezar por mim. Obrigada!



mãos”, “hermanos” e “frères” nas línguas latinas. Hoje as línguas germânicas, ao contrário, distinguem entre “Brüder” (só irmãos) e “Geschwister” (irmãos e irmãs) e também entre “Brüderlichkeit” (sem as irmãs) e “Geschwisterlichkeit” (com as irmãs). Do mesmo modo, a língua inglesa distingue entre “brothers” (masculino) e “siblings” (irmãos e irmãs), e entre “brotherhood” (frequentemente sem as irmãs) e “fraternity” ou “siblinghood” (que inclui todos).

Depois que no início a primeira admoestação inclui todos os “filhos e filhas do homem” na bela casa da Sabedoria, tal destinatário universal também se deve referir a *fratres* da sexta *admonitio*: dirige-se a todas as mulheres e homens cristãos, e diz respeito a todas as pessoas na terra.

Sobre o nascimento da fonte citada

No que diz respeito à coletânea das 28 *Admonitiones*, as pesquisas franciscanas afirmam o seguinte: cada um dos textos transmitidos deve sintetizar os discursos que originalmente tratavam de questões de vida espiritual e comum no âmbito dos frades. Ao longo do tempo, alguns diálogos foram resumidos por escrito e realçados. Assim, algo semelhante aconteceu com os ditos dos antigos padres e madres do deserto no círculo dos seus seguidores, transmitidos de forma condensada nos *Apophtegmata* e no *Meterikon*.¹⁴ Também cada um dos ensinamentos de Francisco foi anotado nas situações mais diversas por companheiros capazes de escrever e resumidos na sua essência. No final da sua vida, ele próprio uniu estes resultados de discursos comuns assim recolhidos numa obra completa, na qual os ensinamentos individuais adquiriram uma nova dimensão e uma nova orientação.

Não é por acaso que o primeiro ensinamento começa com uma citação programática das Escrituras: “O Senhor Jesus disse a todos os que o seguem: Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Os pórticos românicos das igrejas às vezes convidam a entrar no edifício com uma figura de Cristo no tímpano e precisamente esta mesma citação num livro aberto. No edifício espiritual das *Admonitiones*, após dois ensinamentos preparatórios, dez máximas de sabedoria traçam o caminho rumo ao lugar da ceia. A elas seguem-se quatro bem-aventuras bíblicas e outras dez bem-aventuras franciscanas, antes que dois ensinamentos conclusivos preparem o regresso à vida quotidiana. Assim, une-se cada ensinamento para compor uma casa espiritual de sabedoria que se assemelha a uma basílica: à esquerda da nave doze colunas conduzem, como “caminho da verdade” para a área do altar, cujo baldaquino é sustentado por quatro colunas finas e define o lugar da comunhão íntima com Deus. Depois, do outro lado da nave, doze colunas reconduzem para o portal e marcam o “caminho da vida”. *Via – veritas – vita* são as chaves da composição de uma obra completa, cujas palavras individuais, separadas do contexto em que nasceram, se tornam uma mensagem para todos os cristãos, homens e mulheres. Qualquer pessoa interessada na coletânea das Admoestações da qual o Papa Francisco extrai o *incipit* da sua encíclica encontrará proximamente uma análise da composição e da mensagem completa numa

coletânea especializada da PTH Münster.¹⁵

Conclusão

Com o *incipit* da sua terceira encíclica, o Papa Francisco refere-se expressamente a Francisco de Assis. O padroeiro do seu pontificado fala de uma fraternidade universal que, no *Cântico do Irmão Sol*, se alarga a todas as pessoas e a todas as criaturas. Entre as cartas circulares do santo há uma que se dirige de modo universal a todas as pessoas da terra. Até na Regra da Ordem de 1221, composta para os frades franciscanos, ele dirige-se a todas as pessoas e a todos os povos com uma exortação a amar juntos o único Deus. A sexta *admonitio* citada pelo Papa resume, a partir do contexto em que nasceu, os resultados de um discurso espiritual no âmbito dos frades menores. O ensinamento espiritual que inspira o *incipit* da nova encíclica é, contudo, inserido por frei Francisco no final da própria vida como uma coluna na “casa da Sabedoria”, onde os capitéis formam esculturas e coincidem entre si. A percorrer este edifício espiritual não são convidados apenas os irmãos, mas também todos os crentes e cada pessoa da terra. Portanto, “omnes fratres” ou “irmãos todos” da encíclica deve ser traduzido como citação de São Francisco, de tal forma que todos os cristãos, homens e mulheres, se sintam concernidos. O destinatário da citada coletânea de textos alarga-se a “todos os irmãos e irmãs” que se encontram nos espaços eclesiais reais e

ideais, estendendo-se a todas as pessoas da terra. Nesta abertura, também o Papa Francisco se dirige com a sua encíclica a todas as pessoas da terra.

1. A assinatura da encíclica terá lugar de forma muito simbólica na véspera da festa de São Francisco, 3 de outubro de 2020, na basílica do santo em Assis.

2. A contribuição foi publicada online em 8 de setembro de 2020: «Titel der neuen Papst-Enzyklika: Nur die Brüder – oder wie?»: <https://www.kath.ch/news/titel-der-neuen-papst-enzyklika-nur-die-brueder-oder-wie/>

3. Edição italiana: *Fonti Francescane*. Nova edição, por Ernesto Caroli, Pádua 2004, 107-118 (= FF 141-178). Edição oficial alemã: Dieter Berg / Leonhard Lehmann (ed.), *Franziskus-Quellen. Zeugnisse des 13. und 14. Jahrhunderts zur Franziskanischen Bewegung*, vol. 1, Kevelaer 2009, 45-55.

4. Gerard Pieter Freeman / Hubert J. Bisschops / Beatrijs Corveleyn / Jan Hoerberichts / André Jansen (ed.), *Franciscus van Assisi. De Geschriften*, Haarlem 2004, 108-122.

5. *Fonti Francescane* 111 (= FF 155).

6. Cf. Pr 9, 1: «A sabedoria construiu a sua casa, ela esculpiu as suas sete colunas»; cf. Pr 14, 1 e 24, 3-4.

7. Sobre o simbolismo das *Admonitiones* como Igreja ideal aberta a todos: Theo Zweerman / Edith Van den Goorbergh, *Franz von Assisi – gelebtes Evangelium. Die Spiritualität des Heiligen für heute*, Kevelaer 2009, 69-71.

8. *Admonitio* 1, 14 com o Salmo 4, 3 na versão da Vulgata: «filii hominum».

9. A coletânea das admoestações como percurso de ensinamento requintadamente composto e edifício espiritual, é explicada por Zweerman / Van den Goorbergh, *Gelebtes Evangelium*, 62-94.

10. cf. Niklaus Kuster, *Franziskus. Rebell und Heiliger*, Freiburg (4ª edição) 2016, 150-154; original: Kajetan Elßer, *Anfänge und ursprüngliche Zielsetzungen des Ordens der Minderbrüder*, Leiden 1966, 273-276.

11. *Fonti Francescane*, 146 (= FF 210)

12. *Fonti Francescane* 86-87 (= FF 68-69)

13. cf. Niklaus Kuster, *Spiegel des Lichts. Franz von Assisi – Prophet der Weltreligionen* (Franziskanische Akzente 22), Würzburg 2019.

14. *Los escritos de Francisco y Clara de Asís. Textos e apuntes de lectura*, ed. da Julio Herranz – Javier Garrido – José Antonio Guerra, Oñati 2001, 40; Pietro Messa – Ludovico Profili, *Il Canticum della Fratemità. Le ammonizioni di frate Francesco d'Assisi*, Assis 2003; *Francisci Assisiensis Scripta – Francesco d'Assisi: Scritti*, crítica editid Carolus Paolazzi, Grottaferrata 2009, 346.

15. Niklaus Kuster, “Weisheitsprüche des Franz von Assisi. Zum Charakter der Admonitiones und zur Komposition ihrer Sammlung”, in: Möllenbeck, Thomas / Schulte, Ludger (ed.), *Weisheit – Spiritualität für den Menschen*, Münster 2021 (será publicado na primavera).

* Niklaus Kuster (1962) é um frade capuchinho suíço, licenciado em teologia e conhecido estudioso de São Francisco. Ensina história da Igreja na universidade de Lucerna e espiritualidade franciscana nos institutos superiores da ordem em Münster (pth) e em Madrid (esf). Prestou homenagem ao perfil franciscano do Papa Francisco no seu livro: «Franz von Assisi. Freiheit und Geschwisterlichkeit in der Kirche», (Verlag Echter) Würzburg (2ª edição) 2019.

Na mensagem em vídeo à Assembleia geral da Onu o Papa invocou uma mudança de rumo para sair da crise e relançar o multilateralismo

Uma nova corresponsabilidade mundial para debelar o individualismo autodestrutivo

Para sair da crise, é preciso vencer a tentação de se fechar em atitudes autodestrutivas – como o nacionalismo e o individualismo – e seguir o caminho do multilateralismo, que conduz a «uma renovada corresponsabilidade mundial», afirmou o Papa Francisco na mensagem em vídeo dirigida a 25 de setembro aos participantes na 75ª Assembleia geral das Nações Unidas em Nova Iorque. A seguir, as palavras do Pontífice.

Senhor Presidente!
A paz esteja convosco!

Saúdo calorosamente o Senhor Presidente e todas as delegações que participam nesta significativa 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Em particular, apresento as minhas saudações ao Secretário-Geral, Senhor António Guterres, aos Chefes de Estado e de Governo participantes e a todos aqueles que estão a seguir o Debate geral.

O septuagésimo quinto aniversário da Onu é uma oportunidade para reite-

rar o desejo da Santa Sé de que esta Organização seja um verdadeiro sinal e instrumento de unidade entre os Estados e de serviço a toda a família humana.¹

Atualmente, o nosso mundo está afetado pela pandemia da Covid-19, o que levou à perda de muitas vidas. Esta crise está a mudar o nosso modo de vida, questionando os nossos sistemas económicos e sociais, que estão a alargar a distância entre pobres e ricos, raiz de uma injusta distribuição dos recursos. Mas também pode ser uma possibilidade para uma “retirada defensiva” com características individualistas e elitistas.

Com efeito, a pandemia chama-nos «a aproveitar este tempo de prova como um tempo de decisão [...]»: o tempo de decidir o que conta e o que passa, de separar o que é necessário daquilo que não o é.² Pode representar uma oportunidade real para a conversão, a transformação, para repensar o nosso modo de vida e os nossos sistemas económicos e sociais, que estão a alargar a distância entre pobres e ricos, raiz de uma injusta distribuição dos recursos. Mas também pode ser uma possibilidade para uma “retirada defensiva” com características individualistas e elitistas.

Portanto, deparamo-nos com a escolha entre um dos dois caminhos possíveis: um conduz ao fortalecimento do multilateralismo, expressão de uma renovada corresponsabilidade mundial, de uma solidariedade baseada na justiça e no cumprimento da paz e da unidade da família humana, projeto de Deus para o mundo; o outro dá preferência às atitudes de autossuficiência, nacionalismo, protecionismo, individualismo e isolamento, deixando de fora os mais pobres, os mais vulneráveis, os habitantes das periferias existenciais. E será certamente prejudicial para toda a comunidade, causando danos a todos. E isto não deve prevalecer.

A pandemia põs em evidência a necessidade urgente de promover a saúde pública e de proporcionar o direito a todas as pessoas aos cuidados médicos básicos.³ Portanto, renovo o apelo aos responsáveis políticos e ao sector privado para que tomem as medidas adequadas para assegurar o acesso às vacinas contra a Covid-19 e às tecnologias essenciais necessárias para cuidar dos enfermos. E se alguém deve ser privilegiado, que seja o mais pobre, o mais vulnerável, aquele que é normalmente discriminado porque não tem poder nem recursos económicos.

A crise atual também nos mostrou que a solidariedade não pode ser uma palavra nem uma promessa vazia. Mostra-nos também a importância de evitar a tentação de ir além dos nossos limites naturais. «A liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orienta-la e colocá-la ao serviço de outro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral.»⁴ Deveríamos ter também em conta todos estes aspetos nos debates sobre a complexa questão da inteligência artificial (IA).

Tendo isto presente, penso também nos efeitos sobre o trabalho, um sector desestabilizado por um mercado de trabalho cada vez mais movido pela incerteza e pela “robotização” generalizada. É particularmente necessário encontrar novas formas de trabalho que sejam

verdadeiramente capazes de satisfazer o potencial humano, e que afirmem ao mesmo tempo a nossa dignidade. Para assegurar um trabalho digno, é preciso mudar o paradigma económico predominante que procura apenas aumentar os lucros das empresas. Oferecer trabalho ao maior número de pessoas deveria ser um dos principais objetivos de cada empresário, um dos critérios para o sucesso da atividade produtiva. O progresso tecnológico é útil e necessário, desde que sirva para tornar o trabalho das pessoas mais digno, mais seguro, menos pesado e cansativo.

E tudo isto exige uma mudança de rumo, e já temos os recursos, os meios culturais e tecnológicos, e a consciência social. Contudo, esta mudança tem necessidade de um marco ético mais forte, capaz de superar a «cultura do descarte», tão difundida e inconscientemente consolidada.⁵

Na origem desta cultura do descarte há uma grande falta de respeito pela dignidade humana, uma promoção ideológica com visões reducionistas da pessoa, uma negação da universalidade dos seus direitos fundamentais, e um desejo de poder e controlo absolutos que domina a sociedade moderna de hoje. Chamemo-lhe pelo nome: isto é também um atentado contra a humanidade.

Com efeito, é doloroso ver quantos direitos fundamentais continuam a ser violados com impunidade. A lista destas violações é muito longa e dá-nos a terrível imagem de uma humanidade violada, ferida, privada de dignidade, de liberdade e da possibilidade de desenvolvimento. Nesta imagem, os crençes religiosos também continuam a sofrer todo o tipo de perseguições, incluindo o genocídio por causa das suas crenças. Entre os crençes religiosos, incluímos os cristãos são vítimas: quantos sofrem em todo o mundo, por vezes forçados a fugir das suas terras ancestrais, isolados da sua rica história e cultura.

Devemos ainda admitir que as crises humanitárias se tornaram o *status quo*, onde os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal não são garantidos. Efectivamente, os conflitos em todo o mundo mostram que o uso de armas explosivas, especialmente em áreas povoadas, tem um impacto humanitário dramático a longo prazo. Neste senti-

do, as armas convencionais estão a tornar-se cada vez menos “convencionais” e cada vez mais “armas de destruição de massa”, arruinando cidades, escolas, hospitais, lugares religiosos e infra-estruturas e serviços básicos para a população.

Além disso, muitos vêm-se obrigados a abandonar as suas casas. Com frequência, os refugiados, os migrantes e os deslocados internos nos países de origem, de trânsito e de destino sofrem abandonados, sem oportunidade de melhorar a sua situação de vida ou a das suas famílias. Pior ainda, milhares são intercedados no mar e obrigados a voltar para os campos de detenção onde enfrentam torturas e abusos. Muitos são vítimas de tráfico, de escravidão sexual ou de trabalho forçado, explorados em trabalhos degradados, sem remuneração justa. Sem dúvida, isto é intolerável, é uma realidade que hoje muitos ignoram intencionalmente!

Os muitos e importantes esforços internacionais para responder a estas crises começam com uma grande promessa, incluindo os dois Pactos Globais sobre Refugiados e para a Migração, mas muitos carecem do apoio político necessário para ser bem sucedidos. Outros falham porque os Estados individuais se esquivam às suas responsabilidades e compromissos. Contudo, a crise atual é uma oportunidade: é uma oportunidade para a Onu, é uma oportunidade para gerar uma sociedade mais fraterna e compassiva.

Isto inclui que se reconsidere o papel das instituições económicas e financeiras, tais como as de Bretton-Woods, que devem responder ao rápido aumento da desigualdade entre os super-ricos e os permanentemente pobres. Um modelo económico que promova a subsidiariedade, apoié o desenvolvimento económico a nível local e invista na educação e nas infra-estruturas que beneficiam as comunidades locais proporcionar as bases para o sucesso económico e, ao mesmo tempo, para a renovação da comunidade e da nação em geral. E aqui renovo o meu apelo para que, sem consideração das presentes circunstâncias [...] seja permitido a todos os Estados acudir às maiores necessidades do momento atual, reduzindo – se não mesmo perdando – a dívida que pesa sobre os orçamentos dos mais pobres.⁶



A comunidade internacional deve esforçar-se para pôr fim às injustiças económicas. «Quando as agências multilaterais de crédito financiam as diferentes nações, é importante ter em conta os altos conceitos de justiça fiscal, os orçamentos públicos responsáveis pelo seu endividamento e, sobretudo, a promoção efetiva e protagonista dos mais pobres na trama social.»⁷ Temos a responsabilidade de prestar assistência para o desenvolvimento das nações empobrecidas e alívio da dívida às nações altamente endividadas.⁸

«Uma nova ética significa estar consciente da necessidade de que todos se comprometam a trabalhar em conjunto para fechar paraísos fiscais, impedir a evasão e a lavagem de dinheiro que roubam à sociedade, bem como recordar às nações a importância de defender a justiça e o bem comum sobre os interesses das empresas e multinacionais mais poderosas.»⁹ Este é o momento propício para renovar a arquitetura financeira internacional.¹⁰

Senhor Presidente!

Recordo a ocasião que tive há cinco anos de me dirigir à Assembleia geral no seu septuagésimo aniversário. A minha visita teve lugar num período de multilateralismo verdadeiramente dinâmico, um momento promissor de grande esperança, imediatamente anterior à adoção da Agenda 2030. Alguns meses mais tarde, foi também adotado o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

No entanto, temos de admitir honestamente que, embora tenham sido alcançados alguns progressos, a pouca capacidade da comunidade internacional de cumprir as suas promessas de há cinco anos leva-me a reiterar que «devemos evitar qualquer tentação de cair num nominalismo declaratório com efeito tranquilizador sobre as consciências. Devemos ter cuidado com as nossas instituições, para que sejam realmente eficazes na luta contra estes flagelos.»¹¹

Penso também na perigosa situação na Amazônia e nas suas populações indígenas. Isto lembra-nos que a crise ambiental está indissolvemente ligada a uma crise social e que o cuidado do meio ambiente requer uma abordagem

abrangente para combater a pobreza e a exclusão.¹²

É certamente um passo positivo que a sensibilidade ecológica integral e o desejo de ação tenham crescido. «Não devemos impor às gerações futuras o fardo de assumir os problemas provocados pelas gerações precedentes. [...] devemos interrogar-nos seriamente se existe a vontade política [...] para mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas, bem como para ajudar as populações mais pobres e vulneráveis mais atingidas.»¹³

A Santa Sé continuará a desempenhar o seu papel. Como sinal concreto de cuidado da nossa casa comum, ratifiquei recentemente a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal.¹⁴

Senhor Presidente!

Não podemos deixar de notar as consequências devastadoras da crise da Covid-19 sobre as crianças, abrangendo os menores migrantes e refugiados não acompanhados. A violência contra as crianças, incluindo o terrível flagelo do abuso infantil e da pornografia, também aumentou dramaticamente.

Além disso, milhões de crianças não podem voltar à escola. Em muitas partes do mundo, esta situação ameaça um aumento do trabalho infantil, a exploração, os maus-tratos e a subalimentação. Infelizmente, os países e as instituições internacionais estão também a promover o aborto como um dos chamados “serviços essenciais” como resposta humanitária. É triste ver como se tornou simples e conveniente, para alguns, negar a existência da vida como solução para problemas que podem e devem ser resolvidos tanto para a mãe como para a criança não nascida.

Por conseguinte, imploro às autoridades civis que prestem atenção especial às crianças a quem são negados os seus direitos e dignidade fundamentais, em particular o seu direito à vida e à educação. Não posso deixar de recordar o apelo da corajosa jovem Malala Yousafzai, que há cinco anos na Assembleia geral nos recordou que «uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo».

Os primeiros educadores da criança são a mãe e o pai, a família que a Declaração Universal dos Direitos do Ho-

mem descreve como «o elemento natural e fundamental da sociedade».¹⁵ Com demasiada frequência, a família é vítima de colonialismos ideológicos que a tornam vulnerável e acabam por provocar em muitos dos seus membros, especialmente os mais indefesos – crianças e idosos – uma sensação de deseraçamento e orfandade. A desintegração da família ecoa na fragmentação social que impede o compromisso de enfrentar inimigos comuns. É tempo de reavaliar e de nos comprometermos novamente com os nossos objetivos.

Em muitos objetivos é a promoção da mulher. Este ano completa-se o 25º aniversário da Conferência de Pequim sobre a Mulher. Em todos os níveis da sociedade, as mulheres desempenham um papel importante, com a sua contribuição única, assumindo a liderança com grande coragem ao serviço do bem comum. No entanto, muitas mulheres são deixadas para trás: vítimas de escravidão, tráfico, violência, exploração e tratamentos degradados. A elas e a quantas vivem separadas das suas famílias, expresso a minha proximidade fraterna ao mesmo tempo que reitero uma maior determinação e empenho na luta contra estas práticas perversas que denigram não só as mulheres mas toda a humanidade que, com o seu silêncio inação efetiva, se torna cúmplice.

Senhor Presidente!

Devemos interrogar-nos se os principais ameaças conta a paz e segurança, tais como a pobreza, as epidemias e o terrorismo, entre outras, podem ser efetivamente enfrentadas quando a corrida aos armamentos, incluindo as armas nucleares, continua a desperdiçar recursos preciosos que seria melhor utilizar em benefício do desenvolvimento integral dos povos e para proteger o meio ambiente natural.

É necessário acabar com o clima de desconfiança existente. Estamos a assistir a uma erosão do multilateralismo que é ainda mais grave à luz das novas formas de tecnologia militar,¹⁶ tais como os sistemas de armas autónomas letais (Laws), que estão a alterar irreversivelmente a natureza da guerra, separando-a ainda mais da ação humana.

Temos de dismantlar as lógicas perversas que atribuem a segurança pessoal e social à posse de armas. Tais lógicas servem apenas para aumentar os lucros da indústria bélica, alimentando um clima de desconfiança e medo entre indivíduos e povos.

É Deus nos abençoe a todos!
Obrigado, Senhor Presidente!

Em particular, a “dissuasão nuclear” fomenta um espírito de medo baseado na ameaça de aniquilação mútua, o que acaba por envencenar as relações entre os povos e obstrui o diálogo.¹⁷ Por isso é tão importante apoiar os principais instrumentos jurídicos internacionais sobre o desarmamento, a não-proliferação e a proibição de armas nucleares. A Santa Sé espera que a próxima Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Ntp) resulte em ações concretas de acordo com a nossa intenção conjunta «de conseguir, no menor prazo possível, a cessação da corrida armamentista nuclear e de adotar medidas eficazes tendentes ao desarmamento nuclear».¹⁸

Além disso, o nosso mundo em conflito necessita que a Onu se torne uma oficina de paz cada vez mais eficaz, a qual exige que os membros do Conselho de Segurança, especialmente os Permanentes, atuem com maior unidade e determinação. A este respeito, a recente adoção do cessar-fogo global durante a presente crise é uma medida muito nobre, que requer a boa vontade de todos para a sua implementação contínua. Reitero também a importância de reduzir as sanções internacionais que dificultam que os Estados prestem apoio adequado às suas populações.

Senhor Presidente!

Não saímos de uma crise da mesma maneira: ou saímos melhores ou saímos piores. Portanto, neste momento crítico, o nosso dever é repensar o futuro da nossa casa comum e do nosso projeto comum. Esta é uma tarefa complexa, que requer honestidade e coerência no diálogo, a fim de melhorar o multilateralismo e a cooperação entre os Estados. Esta crise realça ainda mais os limites da nossa autossuficiência e fragilidade comum e requer de nós uma posição clara sobre o modo como queremos sair dela: melhores ou piores. Pois repito, de uma crise não saímos iguais: ou saímos melhores ou piores.

A pandemia mostrou-nos que não podemos viver uns sem os outros, ou pior, uns contra os outros. As Nações Unidas foram criadas para unir as nações, para as aproximar, com uma ponte entre os povos; utilizemo-las para transformar o desafio que enfrentamos numa oportunidade de construir juntos, mais uma vez, o futuro que queremos.

É Deus nos abençoe a todos!

Obrigado, Senhor Presidente!

1. *Discurso à Assembleia Geral da Onu*, 25 de setembro de 2015, Bento XVI, *Discurso à Assembleia Geral da Onu*, 18 de abril de 2008.
2. *Meditação durante o momento extraordinário de oração em tempo de epidemia*, 27 de março de 2020.
3. Cf. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, artigo 25, 1.
4. Carta Encíclica *Laudato si'*, n. 112.
5. *Discurso à Assembleia Geral da Onu*, 25 de setembro de 2015.
6. *Mensagem Urbi et Orbi*, 12 de abril de 2020.
7. *Discurso aos participantes no seminario «Novas formas de fraternidade solidária»*, 5 de fevereiro de 2020.
8. Cf. *Ibidem*.
9. *Ibidem*.
10. Cf. *Ibidem*.
11. *Discurso à Assembleia Geral da Onu*, 25 de setembro de 2015.
12. Cf. Carta Encíclica *Laudato si'*, n. 139.
13. *Mensagem aos participantes na XXI sessão da Conferência dos Estados Membros da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas*, 1 de dezembro de 2019.
14. Cf. *Mensagem à XXXI Reunião das Partes do Protocolo de Montreal*, 7 de novembro de 2019.
15. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, artigo 16, 3.
16. Cf. *Discurso sobre as armas nucleares, no parque do epicentro da bomba atômica*, Nagasaki, 24 de novembro de 2019.
17. Cf. *Ibidem*.
18. *Tratado de não-proliferação das armas nucleares*, preâmbulo.

Carta «Samaritanus bonus» sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida

Incurável nunca é sinónimo de incuidável

«Incurável nunca é sinónimo de incuidável»: os que sofrem de uma doença em fase terminal como os que nascem com uma previsão de sobrevivência limitada têm o direito de ser acolhidos, cuidados, rodeados de afeto. A Igreja opõe-se à obstinação terapêutica, mas reforça como «ensinamento definitivo» que «a eutanásia é um crime contra a vida humana».

E que «qualquer cooperação formal ou material imediata a um tal ato é um pecado grave» que nenhuma autoridade «pode legitimamente» impor ou permitir, lê-se em *Samaritanus bonus*, a carta da Congregação para a Doutrina da Fé «sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida», aprovada pelo Papa Francisco em junho passado e publicada hoje, 22 de setembro de 2020.

Atualidade do Bom Samaritano

O texto, que reafirma a posição já expressa várias vezes pela Igreja sobre o assunto, tornou-se necessário devido à multiplicação de casos de crónica e ao avanço da legislação que num número crescente de países autoriza a eutanásia e o suicídio assistido de pessoas gravemente doentes, mas também dos que vivem sós ou com problemas psicológicos.

O objetivo da carta é fornecer indicações concretas para atualizar a mensagem do Bom Samaritano. Também quando «a cura é impossível ou improvável, o acompanhamento do médico/enfermeiro, psicológico e espiritual, é um dever imprescindível, já que o oposto constituiria o desumano abandono do doente».

Incurável, mas jamais incuidável

«Curar se for possível, cuidar sempre». Estas palavras de João Paulo II explicam que incurável nunca é sinónimo de incuidável. O cuidado até ao fim, «estar com» o doente, acompanhando-o escutando-o, fazendo-o sentir-se amado e desejado, é o que pode evitar a solidão, o medo do sofrimento e da morte, e o desânimo que vem junto: elementos que hoje estão entre as principais causas dos pedidos de eutanásia ou de suicídio assistido. Ao mesmo tempo, é sublinhado que «são frequentes os abusos denunciados pelos próprios médicos pela supressão da vida de pessoas que jamais teriam desejado para si a aplicação da eutanásia».

Todo o documento está centralizado no sentido da dor e do sofrimento à luz do Evangelho e do sacrifício de Jesus: «a dor é suportável existencialmente apenas onde há esperança» e a esperança que Cristo transmite ao sofredor e ao doente «é aquela da sua presença, da sua real proximidade». Os cuidados paliativos não bastam «se não há ninguém que “esteja” junto ao doente e lhe testemunhe o seu valor único e irrepetível».

O valor inviolável da vida

«O valor inviolável da vida é uma verdade basilar da lei moral natural e um fundamento essencial da ordem jurídica» afirma a carta. «Assim como não se pode aceitar que um outro homem seja nosso escravo, mesmo se no-lo pedisse, do mesmo modo não se pode escolher diretamente atentar contra a vida de um ser humano, mesmo se este o requeresse». Suprimir um doente que pede a eutanásia «não significa reconhecer a sua autonomia e valorizá-la», mas significa, ao contrário, «desconhecer o valor da sua liberdade, fortemente condicionada pela doença e pela dor, e o valor da sua

não são mais que atos devidos de simples atenção à pessoa, como hidratar e alimentar um doente em estado de inconsciência, sem perspectiva de cura».

O magistério da Igreja

Diante da disseminação de protocolos médicos de fim de vida, há a preocupação com «o amplamente divulgado abuso de uma perspectiva eutanásica» sem consultar o paciente ou as famílias. Por esta razão, o documento reafirma como um ensinamento definitivo que «a eutanásia é um crime contra a vida humana», um «ato inerentemente maligno em

cluír seja a antecipação da morte, seja a sua dilatação com a chamada “obstinação terapêutica”, hoje possível pela medicina moderna que dispõe de meios capazes de “adiar” artificialmente a morte, sem que o paciente receba, em alguns casos, um real benefício». Portanto, na iminência de uma morte inevitável «é lícito tomar a decisão, em ciência e consciência, de renunciar a tratamentos que provocariam somente um prolongamento precário e penoso da vida», sem todavia interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos similares.

A renúncia a meios extraordinários e desproporcionais expressa, portanto, a aceitação da condição humana diante da morte. Mas a alimentação e a hidratação devem ser devidamente asseguradas porque «um cuidado básico devido a cada homem é administrar os alimentos e líquidos necessários». São importantes os parágrafos dedicados aos cuidados paliativos, «um instrumento precioso e irrenunciável» para acompanhar o paciente: a aplicação destes cuidados reduz drasticamente o número daqueles que pedem a eutanásia. Entre os cuidados paliativos, que jamais podem incluir a possibilidade de eutanásia ou suicídio assistido, o documento também inclui assistência espiritual ao paciente e seus familiares.

Ajudar as famílias

No tratamento, é essencial que o doente não sinta um peso, mas «tenha a proximidade e o afeto dos seus entes queridos». Nesta missão, a família precisa de ajuda e de meios adequados. Portanto, é necessário, afirma a carta, que os Estados «reconheçam a função social primária e fundamental da família e o seu papel insubstituível, também nesta área, fornecendo os recursos e as estruturas necessárias para sustentá-la».

O cuidado em idade pré-natal e pediátrica

Desde a concepção, as crianças atingidas por malformações ou patologias de qualquer género são «pequenos pacientes que a medicina hoje é capaz de assistir e acompanhar, de modo a respeitar a vida». A carta explica que «em caso de patologias pré-natais que seguramente levarão à morte dentro de breve lapso de tempo – e em ausência de terapias capazes de melhorar as condições de saúde destas crianças, de modo que elas não sejam abandonadas no âmbito assistencial, mas acompanhadas como qualquer outro paciente até que sobrevenha a morte natural» sem suspender a nutrição e hidratação. Palavras que também podem ser referir a várias notícias recentes. É condenado o «uso às vezes obsessivo do diagnóstico pré-natal» e o surgimento de uma cultura hostil à deficiência que muitas vezes leva à escolha do aborto, que «jamais é lícito».

Não à obstinação terapêutica

O documento explica que «tutelar a dignidade do morrer significa ex-



vida». Fazendo assim «decide-se no lugar de Deus o momento da morte». Por isso, «aborto, eutanásia e suicídio voluntário corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que os padecem; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador».

Obstáculos que obscurecem o valor sagrado da vida

O documento cita alguns fatores que limitam a capacidade de compreender o valor da vida. O primeiro é um uso equivocado do conceito de «morte digna» em relação ao de «qualidade de vida», com uma perspectiva antropológica utilitarista. A vida é considerada «digna» somente em presença de determinadas características psíquicas ou físicas. Um segundo obstáculo é uma errônea compreensão da «compaixão». A verdadeira compaixão humana «não consiste em provocar a morte, mas em acolher o doente, em dar-lhe suporte nas dificuldades» oferecendo-lhe afeto e meios para aliviar o sofrimento. Um outro aspeto é o individualismo crescente, raiz da doença mais latente do nosso tempo: a solidão. Diante de leis que legalizam práticas eutanásicas surgem «às vezes dilemas infundados sobre a moralidade de ações que, na verdade,

qualquer ocasião e circunstância». Portanto, qualquer cooperação imediata formal ou material é um pecado grave contra a vida humana que nenhuma autoridade «pode legitimamente» impor ou permitir. «Aqueles que aprovam leis sobre eutanásia e suicídio assistido são, portanto, cúmplices do pecado grave» e são «culpados de escândalo porque tais leis contribuem para deformar a consciência, mesmo dos fiéis». Ajudar o suicida é portanto, «uma indevida colaboração a um ato ilícito». O ato eutanásico permanece inadmissível mesmo que o desespero ou a angústia possam diminuir e até mesmo tornar insubstancial a responsabilidade pessoal daqueles que o pedem. «Trata-se, por isso, de uma escolha sempre errada» e os profissionais da saúde não podem prestar-se a nenhuma prática eutanásica nem sequer a pedido do interessado, menos ainda dos seus familiares. As leis que legalizam a eutanásia são, portanto, injustas. As súplicas dos doentes muito graves que invocam a morte «não devem ser» entendidas como «a expressão de uma verdadeira vontade eutanásica», mas como um pedido de ajuda e afeto.



Incurável nunca é sinónimo de incurável

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 10

Sedação profunda

Para aliviar a dor do paciente, a terapia analgésica utiliza drogas que podem causar a supressão da consciência. A Igreja «afirma a liceidade da sedação como parte do cuidado oferecido ao paciente, para que o fim da vida sobrevenha na máxima paz possível». Isto aplica-se também ao caso de tratamentos que «aproximam o momento da morte (sedação paliativa profunda em fase terminal), sempre, na medida do possível, com o consentimento informado do paciente». Mas a sedação é inaceitável se for administrada para «causar direta e intencionalmente a morte».

O estado vegetativo ou de mínima consciência

É sempre totalmente desviante «pensar que a falta de consciência, em sujeitos que respiram autonomamente, seja um sinal de que o doente tenha deixado de ser pessoa humana com toda a dignidade que lhe é própria». Mesmo neste estado de «persistente falta de consciência, o chamado estado vegetativo ou mínima consciência», o paciente «deve ser reconhecido no seu valor e assistido com cuidado apropriado», tem o direito à alimentação e à hidratação. Embora o documento reconheça que «em alguns casos estas medidas podem tornar-se desproporcionais», porque não são mais eficazes ou porque os meios de administrá-las criam uma carga excessiva. O documento afirma que «deve ser fornecido apoio adequado aos membros da família para carregar a carga prolongada de cuidados aos pacientes em estado vegetativo».

Objeção de consciência

Por fim, a carta pede posições claras e unificadas por parte das Igrejas locais sobre estas questões,

convidando as instituições católicas de saúde a darem testemunho, abstendo-se de comportamentos «de manifesta ilicitude moral». As leis que aprovam a eutanásia «não criam obrigações para a consciência» e «levantam uma obrigação séria e precisa de se opor a elas por objeção de consciência». O médico, em todo caso, «nunca é um mero executor da vontade do paciente» e «conserva sempre o direito e o dever de subtrair-se a vontades discordantes do bem moral visto pela própria consciência». Por outro lado, recorda-se que «não existe o direito de dispor arbitrariamente da própria vida, de modo que nenhum profissional da saúde se pode tornar o guardião executivo de um direito inexistente». É importante que médicos e profissionais da saúde sejam formados para um acompanhamento cristão do moribundo, como mostraram os recentes eventos dramáticos ligados à epidemia da Covid-19. Quanto ao acompanhamento espiritual e sacramental daqueles que pedem a eutanásia, «é necessária uma proximidade que sempre convide à conversão», mas «não é admissível qualquer gesto exterior que possa ser interpretado como uma aprovação da ação eutanásica, como, por exemplo, estar presente no momento de sua realização». Tal presença só pode ser interpretada como cumplicidade.

Online o texto integral

O texto integral da carta *Samaritanus bonus* encontra-se na página internet da Congregação para a Doutrina da fé, na secção Cúria Romana do site www.vatican.va

Cuidar dos doentes aprendendo o que significa amar

ANDREA TORNIELLI

Incurável nunca é sinónimo de «incurável»: esta é a chave de leitura para compreender a carta da Congregação para a Doutrina da Fé *Samaritanus bonus*, que tem como tema «cuidar das pessoas nas fases críticas e terminais da vida». O documento, diante de uma perda de consciência comum sobre o valor da vida e de debates públicos por vezes demasiado condicionados por casos individuais evidenciados pelas notícias, reafirma claramente que «o valor inviolável da vida é uma verdade básica da lei moral natural e um fundamento essencial da ordem jurídica». Portanto «não se pode escolher diretamente atentar contra a vida de um ser humano, mesmo que ele ou ela o requeira». Deste ponto de vista, a arquitrave que sustenta a *Samaritanus bonus* não contém nada de novo: de facto, o Magistério disse repetidamente não a qualquer forma de eutanásia ou suicídio assistido, e explicou que a alimentação e a hidratação são suportes vitais a assegurar à pessoa doente. O Magistério também se manifestou contra a chamada «obstinação terapêutica», porque na iminência de uma morte inevitável «é lícito tomar a decisão de renunciar a tratamentos que provocariam somente um prolongamento precário e penoso da vida».

A carta propõe, portanto, de forma clara o que foi ensinado pelos últimos Pontífices e tem sido considerado necessário face a legislações cada vez mais permissivas sobre estas questões. As suas páginas mais novas são as que têm uma acentuação pastoral, que dizem respeito ao acompanhamento e cuidado dos doentes que chegaram à fase final da sua vida: cuidar destas pessoas nunca pode ser reduzido apenas à perspectiva médica. Há necessidade de uma presença coral que os acompanhe com afeto, presença, terapias apropriadas e proporcionais e assistência espiritual. Significativas são as

referências à família, que «precisa de ajuda e meios adequados». É necessário que os Estados reconheçam a primária e fundamental função social da família «e o seu papel insubstituível, também nesta área, fornecendo recursos e estruturas necessárias para a apoiar», afirma o documento. De facto, o Papa Francisco recorda-nos que a família «sempre foi o “hospital” mais próximo». E ainda hoje, em muitas partes do mundo, o hospital é um privilégio para poucos, e com frequência está muito longe.

Samaritanus bonus, mesmo que nos faça recordar o drama de muitos casos debatidos na mídia, ajuda-nos a olhar para os testemunhos dos que sofrem e dos que cuidam, para os muitos testemunhos de amor, sacrifício, dedicação aos doentes terminais ou a pessoas em persistente falta de consciência, assistidos por mães, pais, filhos, netos. Experiências vividas diariamente em silêncio, muitas vezes no meio de mil dificuldades. Na sua autobiografia, o cardeal Angelo Scola relatou um episódio que aconteceu há anos: «Durante uma visita pastoral a Venezuela, um dia, enquanto saía da casa de uma pessoa doente, o pároco local apontou-me um senhor mais ou menos da minha idade com um ar muito discreto. Três semanas antes o seu filho tinha morrido, uma pessoa gravemente deficiente, incapaz de falar e de caminhar, e que ele tinha carinhosamente cuidado durante mais de trinta anos, ajudando-o dia e noite e confortando-o com a sua presença constante. O único momento que se ausentava era nas manhãs de domingo, quando ia à missa. Diante desta pessoa senti um certo constrangimento, mas como ocorre frequentemente a nós sacerdotes, senti-me obrigado a dizer algo. Deus o recompensará por tudo isso, balbucei um pouco atordoadado. E ele respondeu-me com um grande sorriso: Patriarca, olha, eu já recebi tudo do Senhor porque Ele me fez compreender o que significa amar».

Carta «Samaritanus bonus» sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida

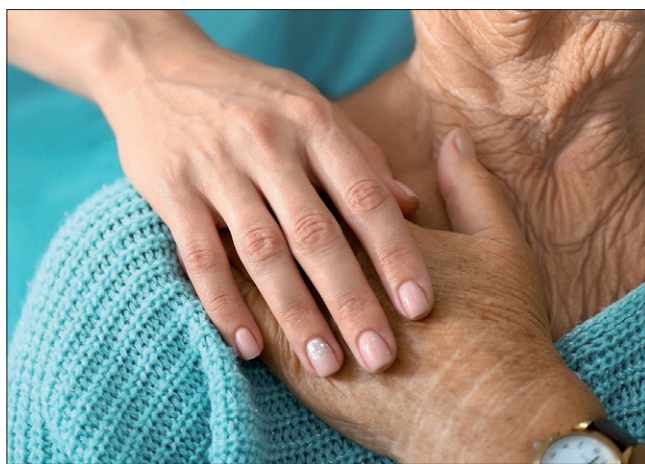
CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 1

aprofundar, de maneira particular, os temas do acompanhamento e do cuidado dos doentes dos pontos de vista teológico, antropológico e médico-hospitalar, focalizando também algumas importantes questões éticas, implicadas na proporcionalidade das terapias e relativas à objeção de consciência e ao acompanhamento pastoral dos doentes terminais.

A luz destas considerações, após várias fases preliminares de estudo em que diversos peritos ofereceram a sua qualificada contribuição redatorial, finalmente tomou forma um primeiro esboço de documento. Ao lado da figura do Bom Samaritano, o texto oferece uma breve referência à de Cristo sofredor, testemunha partícipe da dor física, da experiência da precariedade e até da desolação humana, que n'Ele se tornam abandono confiante ao amor do Pai. Uma entrega tão confiante de si mesmo ao Pai, no horizonte da Ressurreição, confere um valor redentor ao próprio sofrimento e descerra, para além das trevas da morte, a luz da vida ultraterrena. Ao ponto de vista daqueles que cuidam das pessoas nas fases críticas e terminais da vida, associou-se oportunamente no texto também uma perspectiva de esperança para o sofrimento vivido por quantos são confiados aos cuidados amorosos dos profissionais de saúde.

Com efeito, cada doente «necessita não somente de ser escutado, mas de perceber que o próprio interlocutor «sabe» o que significa sentir-se só, abandonado, angustiado diante da perspectiva da morte, da dor da carne, do sofrimento que surge quando o olhar da sociedade mede o seu valor em termos de qualidade de vida, fazendo-o sentir-se como um peso para os projetos dos outros» (p. 9). Por esta razão, «por mais importantes e cheios de valor que sejam, os cuidados paliativos não bastam se não houver ninguém que «esteja» junto do doente e lhe testemunhe o seu valor único e irrecapitável [...] e é importante, numa época histórica em que se exalta a autonomia e se celebram os esplendores do indivíduo, recordar que, se é verdade que cada um vive o seu sofrimento, a sua dor e a sua morte, tais vivências são sempre carregadas do olhar e da presença de outros. Perto da Cruz estavam também os funcionários do Estado romano, os curiosos, os distraídos, os indiferentes e os ressentidos: estavam todos em volta da Cruz, mas não «estavam» com o Crucificado. Nas unidades de terapia intensiva, nas casas de cuidados para os doentes crônicos, pode estar presente como funcionários ou como pessoas que «estão» com o doente» (p. 11).

O documento, apresentado à atenção do Santo Padre e por ele aprovado em 25 de junho de 2020, é assim intitulado *Samaritanus bonus*. Foram escolhidos o género literário da Carta e a data de 14 de julho de 2020, memória litúrgica de São Camilo de Lellis (1550-1614). No século XVI — época em que o nosso Santo viveu — na sua maioria os incuráveis eram entregues a mercenários; al-



guns deles, delinquentes, eram obrigados à força àquela tarefa; outros resignavam-se a este trabalho, porque não tinham outra possibilidade de ganhar dinheiro. Camilo queria «novos homens para uma nova assistência». E um pensamento fixo apoderou-se dele: substituir os mercenários por pessoas dispostas a permanecer com os doentes apenas por amor. Desejava contar com pessoas que, «não por recompensa, mas voluntariamente, por amor a Deus, os servissem com aquela ternura que as mães costumam ter pelos seus filhos enfermos».

Embora o ensinamento da Igreja sobre este tema seja claro e contido em conhecidos documentos magisteriais — em particular a Carta Encíclica *Evangelium vitae* de São João Paulo II (25 de março de 1995), a Declaração *Iura et bona* da Congregação para a Doutrina da Fé (5 de maio de 1980), a *Nova Carta dos Agentes no Campo da Saúde* (2016), do então Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, além de numerosos discursos e intervenções dos últimos Sumos Pontífices —

um novo pronunciamento orgânico da Santa Sé sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida pareceu oportuno e necessário em relação à situação atual, caracterizada por um contexto legislativo civil internacional cada vez mais permissivo no que diz respeito à eutanásia, ao suicídio assistido e às disposições sobre o fim da vida.

A este respeito, um caso muito especial em que é necessário reafirmar o ensinamento da Igreja é o acompanhamento pastoral de quantos pediram expressamente a eutanásia ou o suicídio assistido. Para receber a absolvição no sacramento da Penitência, bem como a Unção dos enfermos e o Viático, é necessário que a pessoa, eventualmente inscrita numa associação designada para lhe garantir a eutanásia ou o suicídio assistido, mostre a intenção de renunciar a esta decisão e de anular a sua inscrição naquela entidade. Não é admissível por parte daqueles que assistem espiritualmente tais enfermos, qualquer gesto externo que possa ser interpretado como aprovação, até implícita, da ação eutanási-

ca, como por exemplo estar presente no momento da sua realização. Isto, juntamente com a oferta de ajuda e de escuta sempre possíveis, sempre concedidas, que devem ser sempre adotadas, com uma explicação minuciosa do conteúdo do sacramento, a fim de oferecer à pessoa, até ao último momento, os instrumentos para o poder receber em plena liberdade (cf. ponto V, II, pp. 41-42).

Como se frisa no primeiro parágrafo do documento, intitulado *Cuidar do próximo*, «o cuidado da vida é, pois, a primeira responsabilidade que o médico experimenta no encontro com o doente. Ela não é redutível à capacidade de curar o doente, sendo o seu horizonte antropológico e moral mais amplo: também quando a cura é impossível ou improvável, o acompanhamento do médico/enfermeiro... psicológico e espiritual, é um dever imprescindível, já que o oposto constituiria um desumano abandono do doente. A medicina, com efeito, que se serve de muitas ciências, possui também uma importante dimensão de «arte terapêutica» que implica uma relação estreita entre paciente, profissionais da saúde, familiares e membros das várias comunidades de pertença do doente: *arte terapêutica, ações clínicas e cuidado* estão incindivelmente unidos na prática médica, sobretudo nas fases críticas e terminais da vida» (p. 6).

O testemunho cristão demonstra que a esperança é sempre possível, até quando a vida é envolvida e sobrecarregada pela «cultura do descarte». E somos todos chamados a oferecer a nossa contribuição específica, porque — como disse o Papa Francisco (dirigindo-se aos líderes das Ordens dos médicos da Espanha e da América Latina, a 9 de junho de 2016) — estão em jogo a dignidade da vida humana e a dignidade da vocação médica.

*Prefeito da Congregação para a doutrina da fé

Um site por semana

Inteligência artificial para uma governação humana

Um site dedicado à busca de uma abordagem ética da reflexão sobre a inteligência artificial e destinado a uma governação firmemente humana da tecnologia. Publicado por iniciativa da faculdade de Ciências da comunicação social da Pontifícia Universidade Salesia-

na de Roma, o portal acompanha os visitantes do encontro «Inteligência artificial: para uma governação humana. Perspectivas educativas e sociais» promovido online e transmitido em streaming nos dias 25 e 26 de setembro de 2020. Houve trinta e um patrocinadores, cerca de vinte universidades foram envolvidas e entrevistaram mais de cem oradores. Um vídeo glossário, uma série de podcasts e entrevistas online aprofundaram os temas da inteligência artificial para compreender os campos da sua influência na saúde, na organização do trabalho e nos estudos, mas também em redes associativas e comunidades com uma reflexão essencial ancorada na ética. Para o reitor da faculdade, padre Fabio Pasqualetti, é importante abordar o tema «de diferentes perspectivas e em conjunto com empresas, políticos, professores, sociólogos, filósofos, teólogos e psicólogos, para fazer emergir a necessidade de uma terceira cultura que vá além do contraste entre uma visão tecnocrática regulada pela economia e uma visão humanista alheia ao impacto da tecnologia na vida humana».

<https://intelligenzaartificiale.unisal.it>



«Cada flor tem a sua beleza, que é única. Também cada um de nós é belo aos olhos de Deus, e Ele ama-nos». Disse Francisco na audiência às crianças com autismo da casa austríaca Sonnenschein, recebidas com os seus pais na segunda-feira, 21 de setembro, na Sala Clementina. A delegação era guiada pelo ministro-presidente da Baixa Áustria, Johanna Mikl-Leitner, que segue com interesse este projeto piloto gratuito de diagnóstico e terapia: através de intervenções rápidas que envolvem também os pais, as crianças conseguem fazer importantes progressos de integração. O centro oferece inclusive assistência à distância nas escolas e nas creches frequentadas por estas crianças.



Audiência a crianças com autismo hóspedes de uma estrutura austríaca

Queridas crianças, caros pais
Excelências, Senhoras e Senhores!

Dou-vos as boas-vindas aqui no Vaticano. Estou feliz por ver os vossos rostos, e vejo nos vossos olhares que também vós estais contentes por passar um pouco de tempo comigo.

A vossa casa chama-se “Sonnenschein”, ou seja, “o esplendor do sol”. Posso imaginar porque os responsáveis escolheram este nome. Porque a vossa casa se parece com um magnífico prado de flores no esplendor do sol, e as flores desta Casa sois precisamente vós! Deus criou o mundo com uma grande variedade de flores, de todas as cores. Cada flor tem a sua própria beleza, que é única. Cada um de nós também é belo aos olhos de Deus, e Ele ama-nos. Isto faz-nos sentir a necessidade de dizer

a Deus: obrigado! Obrigado pelo dom da vida, obrigado por todas as criaturas! Obrigado pela mãe e pelo pai! Obrigado pelas nossas famílias! E obrigado também pelos nossos amigos do Centro “Sonnenschein”!

Dizer “obrigado” a Deus é uma bonita oração. Deus gosta desta forma de rezar. Em seguida, podeis acrescentar um pequeno pedido. Por exemplo: Bom Jesus, poderias ajudar a mãe e o pai no seu trabalho? Poderias dar um pouco de alívio à

avó que está doente? Poderias prover às crianças do mundo inteiro que não têm o que comer? Ou então: Jesus, por favor, ajuda o Papa a guiar bem a Igreja. Se pedirdes com fé, o Senhor certamente vos ouvirá.

Concluindo, manifesto a minha gratidão aos vossos pais, às pessoas que vos acompanharam, à Senhora Presidente da Região e a quantos estão aqui presentes. Obrigado por esta bonita iniciativa e pelo compromisso em prol dos mais pequeninos

que vos foram confiados. Tudo aquilo que fizestes a um só destes pequeninos, foi a Jesus que o fizestes!

Recordo-me de vós nas minhas orações. Jesus vos abençoe sempre e Nossa Senhora vos ampare!

Und bitte vergesst nicht, für mich zu beten. Diese Arbeit ist nicht einfach. Betet für mich bitte. Danke schön! [E por favor não vos esqueçais de rezar por mim. Este trabalho não é fácil. Por favor, orai por mim. Obrigado!].

Cada um de vós é uma flor e a vossa beleza é única

Mensagem pontifícia aos participantes no Dia dos sacerdotes idosos da Lombardia

Curar-se do vírus da autossuficiência

A esperança «que este período» de pandemia de Covid-19 «nos ajude a curar-nos do vírus da autossuficiência foi expressa pelo Papa Francisco na seguinte mensagem enviada aos participantes no Dia dos sacerdotes idosos e doentes da Lombardia, reunidos no santuário mariano de Caravaggio na quinta-feira, 17 de setembro.

Estimados irmãos sacerdotes!

Allegro-me que também este ano, apesar das limitações necessárias para combater a pandemia, vos tenhais encontrado, juntamente com os vossos Bispos no Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio.

Agradeço à Conferência Episcopal Lombarda, que há seis anos organiza este dia de oração e fraternidade com o clero idoso e doente. É positiva esta atenção dos pastores pela parte fisicamente mais frágil do seu

presbitério. Na realidade, sois sacerdotes que, na oração, na escuta e na oferta dos sofrimentos, desempenhais um ministério não secundário nas vossas Igrejas.

Agradeço à Unitalsi e a quantos trabalham pelo bom êxito deste encontro. Com o seu compromisso concreto e o espírito que os anima, os voluntários manifestam a gratidão de todo o povo de Deus aos seus ministros.

É sobretudo a vós, queridos irmãos que viveis o tempo da velhice ou a hora amarga da doença, que sinto a necessidade de dizer obrigado. Obrigado pelo testemunho de amor fiel a Deus e à Igreja. Obrigado pela proclamação silenciosa do Evangelho da vida. Obrigado porque sois a memória viva à qual podemos recorrer para construir o amanhã da Igreja!

Nos últimos meses, todos nós experimentamos algumas restrições. Os dias, passados num espaço limitado, pareciam intermináveis e sempre iguais. Sentimos a falta dos nossos afetos e amigos mais queridos; o medo do contágio recordou-nos a nossa precariedade. No fundo, conhecemos o que alguns de vós, assim como muitos outros idosos, vivem diariamente. Espero realmente que este período nos ajude a compreender que, muito mais do que ocupar espaços, é necessário não perder o tempo que nos é concedido; que nos ajude a desfrutar a beleza do encontro com o outro, a curar-nos do vírus da autossuficiência. Não esqueçamos esta lição!

Durante o período mais difícil, cheio «de um silêncio ensurdecedor e de um vazio desolador» (*Momento extraordinário de oração em tempo de epidemia*, 27 de março de 2020), muitos, quase espontaneamente, ergue-

ram os olhos para o Céu. Com a graça de Deus, pode ser uma experiência de purificação. Também para a nossa vida sacerdotal, a fragilidade pode ser «como o fogo do fundidor e como a lixívia dos lavandeiros» (*Ml* 3, 2) que, elevando-nos a Deus, nos aperfeiçoa e nos santifica. Não tenhamos medo do sofrimento: o Senhor carrega a cruz connosco!

Estimados irmãos, confio cada um de vós à Virgem Maria. A Ela, Mãe dos sacerdotes, recordo na oração os numerosos presbíteros que morreram por causa deste vírus e quantos enfrentam o caminho da reabilitação.

Concedo-vos de coração a minha bênção. E vós, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim.

Roma, São João de Latrão
13 de agosto de 2020.

Franciscus

Em Moçambique um projeto da campanha «O pão nosso de cada dia nos dai hoje»

Debelar a fome e a seca com a apicultura

ENRICO CASALE

As abelhas voam incessantemente, dentro e fora da sua colmeia na floresta. O seu voo é frenético. Devem produzir mel para se alimentar. Certamente não sabem que aquele mesmo mel pode transformar-se em riqueza também para os homens, as mulheres e as crianças da Zambézia, região central de Moçambique. Uma renda que permitirá que as famílias enfrentem melhor a seca e as inundações causadas pelas mudanças climáticas que, nos últimos anos, reduziram as atividades agrícolas e, sobretudo, depauperaram os habitantes dos distritos mais pobres.

Quem aposta nos recursos produzidos pelas pequenas abelhas é um projeto ativado pela Ong de Coordenação das organizações para o serviço voluntário, Cosv, e o Centro de leigos para as missões, Celim (copatrocinado pela Agência italiana para a cooperação e o desenvolvimento). Um dos 62 projetos humanitários da campanha «O pão nosso de cada dia nos dai hoje», criada por iniciativa da Cáritas italiana e da Focsiv (Federação de Ongs cristãs) para ajudar os segmentos mais vulneráveis da população e as pessoas mais atingidas pelas consequências da pandemia da Covid-19.

A Zambézia é a segunda maior província de Moçambique e convive com uma taxa de pobreza equivalente a 55% da população e com uma emergência alimentar que atinge pelo menos 300.000 pessoas. Potencialmente, a região seria rica. Com efeito, conta com aproximadamente oito milhões de hectares de terra arável, mas dos quais atualmente só são utilizados 18%.

«A intervenção realizada pelas Ongs – explica Giulia Giavazzi do Celim, Ong milanese – contribui para a valorização desta área, mediante a promoção da diversificação da produção agrícola e o aumento da segurança alimentar nos distritos de Derre, Lugela, Namarroi e Gilé, favorecendo novas cadeias agroalimentares sustentáveis e resilientes. Com efeito, a província da Zambézia está ciclicamente sujeita a grandes catástrofes naturais, que dizimam colheitas inteiras, deixando sem alimentos nem fontes de rendimento as comunidades que vivem nas áreas rurais. Diversificar a produção e introduzir novas técnicas agrícolas climaticamente resilientes tornou-se essencial para impedir os efeitos devastadores que as catástrofes naturais têm sobre os agricultores. Neste contexto, o Celim decidiu investir na aquicultura e fortalecer a cadeia produtiva do mel. Além disso, prevê-se a criação de três centros multiserviços apetrechados com tratores, motobombas, uma oficina e uma loja de equipamentos agrícolas ao serviço da comunidade, para melhorar as técnicas agrícolas».

Embora haja pressupostos para o crescimento, na África a apicultura ainda é subdesenvolvida. No continente vive uma espécie de abelha melífera mais agressiva, mas também mais resistente do que a abelha eu-

ropeia. A maior parte da população, avaliada em 310 milhões de colônias, é selvagem e vive em cavidades naturais, árvores ou no terreno. Estudos recentes sobre a saúde indicaram que as populações de abelhas africanas gozam de ótimas condições. Portanto, a África poderia beneficiar dos erros cometidos na Europa e na América do Norte, onde as populações continuam a diminuir, prevenindo os problemas através da proteção das populações de abelhas. Antes que os Estados definam regras e restrições, os apicultores desempenham um papel vital. Podem ajudar a manter saudáveis as abelhas africanas, e delas os investigadores e apicultores podem aprender a preservar a abelha ocidental.

Atualmente em Moçambique, a produção é muito baixa (5 quilos de mel por colmeia), sem grandes diferenças entre os apicultores. Dependendo do número de colmeias, cada apicultor é capaz de produzir de 40 a 600 quilos por ano. No entanto, existe um potencial. Na província da Zambézia, até agora o mel tem sido produzido com técnicas arcaicas e, portanto, é de baixa qualidade e difícil de vender. Além disso, as novas gerações, que constituem mais de 50% da população, não dispõem de conhecimentos adequados.

«Ao longo do tempo a apicultura mudou – observa Semente, técnico especializado que trabalha com a Cosv e o Celim – pois antes o mel era extraído na floresta, com colmeias feitas de casca e sem qualquer instrumento adequado, utili-

zando simplesmente o fogo para afastar as abelhas. Agora há maior consciência das técnicas da apicultura e da potencialidade do mel como produto alimentar».

O projeto prevê o fortalecimento de toda a cadeia de produção: da formação técnica dos apicultores, à distribuição de colmeias e de material apícola, e à comercialização do produto, com a construção de dois centros para processar e filtrar o mel.

«O projeto – continua Giulia Giavazzi – aposta no desenvolvimento da apicultura a partir da base, na formação e no crescimento profissional dos camponeses. Este ramo de atividade pode oferecer uma contribuição para a preservação de uma espécie, a abelha, tão fundamental para o ecossistema, mas pode proporcionar também um bom alimento, como o mel, e pode representar uma boa fonte de rendimento. A maior parte do mel que se encontra em Moçambique vem da África do Sul e, considerando o seu preço, só é acessível a uma minoria da população que vive nas grandes cidades. A aposta do Celim é promover no mercado local um produto de qualidade acessível a todos (inclusive as exportações têm grandes margens de lucro, se considerarmos que o mel africano representa apenas 0,4% do mel comercializado no mundo)».

As intervenções terão lugar principalmente na área do Monte Mabu, uma das últimas regiões selvagens e não contaminadas da África austral.



Um território descoberto por acaso, em 2005, por um cientista britânico. Trata-se de 70 km² de floresta tropical de média altitude, a maior da África. A paisagem encantada é muito rica de espécies animais e vegetais, algumas das quais em perigo de extinção e outras nunca catalogadas. Elas incluem uma nova espécie de camaleão anão, um caranguejo de água doce, morcegos, escorpiões e três serpentes.

«Trata-se de um meio ambiente rico de biodiversidade e não contaminado – conclui Giavazzi – e o mel produzido por abelhas livres de voar num habitat puro só pode ser de elevadíssima qualidade. Assim poderá ter uma boa resposta no mercado, produzindo benefícios econômicos para a comunidade inteira».

Recordação de D. Anacleto Oliveira

Um bispo próximo de todos

Chegou a Viana do Castelo há 10 anos para assumir a diocese do Alto Minho e rapidamente «entrou no coração de todos pela bondade e capacidade de escutar a todos» e «foi um bispo muito próximo dos professores e dos alunos da Educação moral e religiosa católica (EMRC). Interessou-se por compreender e acompanhar a realidade da diocese e depressa percebeu como chegar ao coração de todos», lembrou Lígia Pereira, diretora do departamento diocesano da EMRC.

Num testemunho, a responsável recordou o prelado como «um companheiro de caminhada próximo de todos, um bispo bom. Todos os docentes o viam como pastor e amigo sempre presente, incentivando a marcar a diferença na EMRC», destacou. A «representatividade



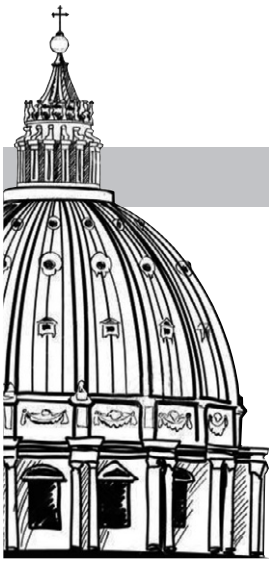
da disciplina no Alto Minho deve-lhe muito, quer pela presença constante na formação ou ao lado dos alunos, quer pelo modo de integrar a visita assídua às escolas da região».

Com efeito, «nos últimos dez anos encontrou sempre espaço na agenda para estar com alunos e professores na grande festa da disciplina, e muitas vezes ficava a brincar ou a conversar com os estudantes... sem nunca se apresentar como alguém que impõe a autoridade pelo cargo que desempenha», acrescentou.

«Como bispo, procurava a reforma da Igreja e, pela sua ligação à Comissão episcopal da educação cristã e da doutrina da fé (CEECDF), também se empenhou na catequese, na certeza de que ela está no coração da Igreja e é essencial para a conversão da Igreja», afirmou o padre Vasco Gonçalves, diretor do Secretariado diocesano da catequese de Viana do Castelo, para quem o prelado «conseguiu intuir o futuro da catequese, apostando em novas formas de fazer catequese», afirmou.

Considerando o prelado «um homem inspirado que via os caminhos que se abrem à Igreja», o sacerdote recordou a sua preocupação constante pelo sector e pela catequese às famílias e aos adolescentes em Viana do Castelo, bem como a sua «proximidade aos catequistas e o seu modo de os encorajar para a missão».

«Aparentemente tímido, quando entrava no encontro perdia a noção do tempo, e aos catequistas dirigia intervenções empolgantes, a par dos encontros que tinha com as crianças em contexto catequético. Tinha um dom especial que lhe vinha do coração e, insatisfeito com os caminhos que se iam abrindo, queria ir mais longe», concluiu.



INFORMAÇÕES

Renúncias

O Sumo Pontífice aceitou a renúncia:

A 18 de setembro

De D. Herbert A. Bevard, ao governo pastoral da Diocese de Saint Thomas (Ilhas Virgens, Estados Unidos da América).

A 21 de setembro

De D. Hubert Berenbrinker, Bispo Titular de Panatoria, ao cargo de Auxiliar da Arquidiocese de Paderborn (Alemanha).

Audiências

O Papa Francisco recebeu em audiências particulares:

No dia 17 de setembro

Os Senhores Cardeais Reinhard Marx, Arcebispo de München und Freising (Alemanha), Coordenador do Conselho para a Economia; e Carlos Osoro Sierra, Arcebispo de Madrid (Espanha), com o Senhor Cardeal Juan José Omella Omella, Arcebispo de Barcelona (Espanha).

No dia 18 de setembro

D. Luciano Suriani, Arcebispo Titular de Amiternum, Núncio Apostólico na Sérvia; e D. Paul Hinder, Bispo Titular de Macon, Vigário Apostólico da Arábia do Sul e Administrador Apostólico do Vicariato Apostólico da Arábia do Norte.

No dia 19 de setembro

Os Senhores Cardeais Marc Ouellet, Prefeito da Congregação para os Bispos; e Juan José Omella Omella, Arcebispo de Barcelona (Espanha), Presidente da Conferência Episcopal Espanhola, com o Senhor Cardeal Carlos Osoro Sierra, Arcebispo de Madrid, Vice-Presidente, e D. Luis Javier Argüello García, Bispo Titular de Ipagro, Auxiliar de Valladolid, Secretário-Geral; e D. Flaviano Rami Al Kabalan, Bispo Titular de Arethusa dos Sírios, Visitador Apostólico para os fiéis sírios na Europa Ocidental e Procurador em Roma de Antioquia dos Sírios, com os Familiares.

No dia 21 de setembro

Sua Ex.^{cia} o Dep. Rik Daems, Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

D. Bruno Musarò, Arcebispo Titular de Abari, Núncio Apostólico na Costa Rica.

Sua Ex.^{cia} o Senhor Dejan Šahović, Embaixador da Sérvia, em visita de despedida.

Nomeações

O Santo Padre nomeou:

No dia 18 de setembro

Membro Ordinário da Pontifícia Insígnia Academia de Belas Artes e Letras dos Virtuozos no Panteão, Sua Ex.^{cia} o Arq. Jean-Marie Duthilleul, para a Classe dos Arquitetos.

No dia 19 de setembro

Vice-Gerente da Diocese de Roma, D. Gianpiero Palmieri, até agora Bispo Auxiliar da mesma Sede, simultaneamente eleito Arcebispo Titular de Idassa.

Membro Ordinário da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, o Prof. Gustavo Osvaldo BÉLIZ, atualmente Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos (Argentina).

No dia 21 de setembro

Núncio Apostólico em Angola e em São Tomé e Príncipe, o Rev.^{mo} Mons. Giovanni Gaspari, até esta data Conselheiro de Nunciatura, simultaneamente eleito Arcebispo Titular de Alba Marítima.

D. Giovanni Gaspari nasceu em Pescara (Itália), no dia 6 de junho de 1963, e recebeu a Ordenação presbiteral em 4 de julho de 1987.

No dia 23 de setembro

Bispo da Diocese de Rubiataba-Mozarlândia, no Brasil, o Rev.^{do} Pe. Francisco Agamenilton Damascena, do clero da Diocese de Uruaçu.

D. Francisco Agamenilton Damascena nasceu no dia 26 de junho de 1975, em Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil). Completou os estudos de filosofia no seminário maior Nossa Senhora de Fátima, em Brasília, e no Pontifício Ateneu "Regina Apostolorum", em Roma, onde obteve a licenciatura em filosofia, especializando-se em ensino universitário na Faculdade "Mário Schenberg" em Co-

tia, no Estado de São Paulo, e doutorando-se em filosofia na Pontifícia Universidade Lateranense, em Roma. Foi ordenado Sacerdote a 19 de março de 2001, para o clero da Diocese de Uruaçu, e em seguida desempenhou os seguintes cargos: administrador paróquial, vice-pároco, chanceler, coordenador diocesano de pastoral, diretor acadêmico da Escola diaconal, vice-reitor e professor do seminário maior São José, membro do conselho presbiteral, do conselho de formadores e do colégio de consultores. Além disso, foi diretor acadêmico e professor no Instituto de Filosofia "Sapientiae", na Diocese de Anápolis. De 19 de fevereiro de 2019 a 12 de setembro de 2020, foi administrador diocesano de Uruaçu.

Prelados falecidos

Adormeceu no Senhor:

A 18 de setembro

D. Anacleto Cordeiro Gonçalves de Oliveira, Bispo de Viana do Castelo, em Portugal, num acidente rodoviário.

O saudoso Prelado nasceu em Cortes, Diocese de Leiria-Fátima (Portugal), a 17 de julho de 1946. Foi ordenado Sacerdote em 15 de agosto de 1970 e recebeu a Ordenação episcopal no dia 24 de abril de 2005.

Credenciais da nova embaixadora da República Dominicana



A 24 de setembro o Papa Francisco recebeu em audiência Sua Excelência a Senhora Eunis Vázquez Acosta, Embaixadora da República Dominicana, a qual na ocasião apresentou as cartas com as quais é acreditada junto da Santa Sé

Sua Ex.^{cia} a senhora Eunis Vázquez Acosta, nova embaixadora da República Dominicana junto da Santa Sé, nasceu em Nagua (República Dominicana) a 31 de maio de 1960. Formou-se em Direito pela Universidade Nacional P. Henríquez (1983), com especialização em Direito Civil (Universidade Autónoma de S. Domingo, 2002). Obteve o mestrado em Direito Privado Francês (Universidade de Paris, 2005), Direito Constitucional (Universidade de Castilla La Mancha, 2006) e Universidade Iberoamericana, 2009) e Direito Administrativo (Iglobal – Universidade de Salamanca, 2017).

Jurista especializada e professora de Direito, é autora de numerosas publicações do sector e desempenhou os seguintes cargos na República Dominicana: advogada (1983-1986); juíza de paz, suplente e depois titular (1986-1997); juíza instrutora (1998); juíza do Tribunal Civil e Comercial de Primeira Instância (1998-1999); juíza do Tribunal Civil e Comercial de apelação (1999-2002); professora de Direito na Universidade Autónoma de Santo Domingo (2009-2019) e na Universidade Iberoamericana (2010-2014); presidente do Tribunal Civil e Comercial da Segunda Secção de Recursos do Distrito Nacional (2014-2020).

ANGELUS

Novo apelo de Francisco

Diálogo e negociação para a paz no Cáucaso

Pensamento pelos deslocados internos

Um novo apelo a favor da paz no Cáucaso foi lançado pelo Papa no final do Angelus de 27 de setembro. Da janela do palácio apostólico do Vaticano, antes da recitação da prece mariana do meio-dia com os fiéis presentes na praça de São Pedro, o Pontífice comentou a parábola dos dois filhos, proposta no Evangelho do 26º domingo do tempo comum (Mateus 21, 28-32).

Amados irmãos e irmãs!

Na minha terra dizem: “Com mau tempo, boa cara”. Com esta “boa cara” digo-vos: bom dia!

Com a sua pregação sobre o Reino de Deus, Jesus opõe-se a uma religiosidade que não envolve a vida humana, que não questiona a consciência nem a sua responsabilidade perante o bem e o mal. Isto também é demonstrado pela parábola dos dois filhos, proposta no Evangelho de Mateus (cf. 21, 28-32). Ao convite do pai para ir trabalhar na vinha, o primeiro filho responde impulsivamente “não, eu não vou”, mas depois arrepende-se e vai; ao contrário, o segundo filho, que responde imediatamente “sim, sim pai”, na realidade não o faz, não vai. A obediência não consiste em dizer “sim” ou “não”, mas sempre em agir, em cultivar a vinha, em realizar o Reino de Deus, em praticar o bem. Com este simples exemplo, Jesus quer superar uma religião entendida apenas como prática exterior e habitual, que

não incide na vida e nas atitudes das pessoas, uma religiosidade superficial, apenas “ritual”, no mau sentido da palavra.

Os representantes desta religiosidade de “fachada”, que Jesus desaprova, eram na altura «os chefes dos sacerdotes e os anciãos do povo» (Mt 21, 23) que, segundo a admoestação do Senhor, no Reino de Deus serão precedidos por publicanos e meretrizes (cf. v. 31). Jesus diz-lhes: «os publicanos e as meretrizes preceder-vos-ão no reino de Deus». Esta afirmação não deve levar a pensar que fazem bem aqueles que não seguem os mandamentos de Deus, quantos não seguem a moral, e dizem: “Aqueles que vão à Igreja são piores do que nós!”. Não, este não é o ensinamento de Jesus. Jesus não aponta os publicanos e as meretrizes como modelos de vida, mas como “privilegiados da Graça”. E eu gostaria de sublinhar esta palavra “graça”, a graça, porque a conversão é sempre uma graça. Uma graça que Deus concede a quem se abre e se converte a Ele. De facto, aquelas pessoas, ouvindo a sua pregação, arrependem-se e mudaram de vida. Pensemos em Mateus, por exemplo, São Mateus, que era um publicano, um traidor da sua pátria.

No Evangelho de hoje, aquele que causa melhor impressão é o primeiro irmão, não por ter dito “não” ao seu pai, mas porque depois do “não” se converteu ao “sim”, arrependeu-se. Deus é paciente com cada um de nós: não se cansa, não desiste depois do nosso “não”; também nos deixa livres de nos distanciarmos d’Ele e cometer erros. Pensar na paciência de Deus é maravilhoso! Como o Senhor nos espera sempre; sempre ao nosso lado para nos ajudar; mas Ele respeita a nossa liberdade. Ele aguarda trepidante o nosso “sim”, para nos acolher novamente nos seus braços paternos e nos colmar com a sua misericórdia sem limites. A fé em Deus pede que renovemos todos os dias a escolha do bem em vez do mal, a escolha da verdade em vez da mentira, a escolha do amor ao próximo em vez do egoísmo. Aqueles que se converterem a esta escolha, depois de terem experimentado o pecado, encontrarão os primeiros lugares no Reino do Céu, onde há mais alegria por um só pecador que se converte do que por noventa e nove justos (cf. Lc 15, 7).



Mas a conversão, mudar o coração, é um processo, um processo que nos purifica das incrustações morais. E por vezes é um processo doloroso, porque não há caminho para a santidade sem alguma renúncia e sem combate espiritual. Lutar pelo bem, lutar para não cair em tentação, fazer o que podemos, para chegar a viver na paz e na alegria das Bem-aventuranças. O Evangelho de hoje põe em questão a forma de viver a vida cristã, que não é feita de sonhos e belas aspirações, mas de compromissos concretos, a fim de nos abirmos cada vez mais à vontade de Deus e ao amor pelos irmãos. Mas isto, mesmo o menor compromisso concreto, não pode ser feito sem a graça. A conversão é uma graça que devemos pedir sempre: “Senhor, concedei-me a graça de melhorar. Dai-me a graça de ser um bom cristão”.

Maria Santíssima nos ajude a ser dóceis à ação do Espírito Santo. Ele desfaz a dureza dos corações e os predispõe ao arrependimento, para obter a vida e a salvação prometidas por Jesus.

No final da prece mariana o Papa, depois de ter falado do Cáucaso, recordou a beatificação em Nápoles de Maria Luísa do Santíssimo Sacramento (Velotti) e dirigiu um pensamento aos deslocados internos, aos quais era dedicado o concomitante Dia mundial do migrante e do refugiado. Por fim, Francisco recordou o Dia mundial do turismo e saudou as mulheres comprometidas na luta contra os tumores de mama e outros grupos presentes.

Estimados irmãos e irmãs!

Ouvem-se notícias preocupantes sobre conflitos na área do Cáucaso. Respeito pela paz no Cáucaso e apelo às partes em conflito para que façam gestos concretos de boa vontade e fraternidade, que possam conduzir à resolução dos problemas não através do uso da força e das

armas, mas através do diálogo e da negociação. Rezemos juntos, em silêncio, pela paz no Cáucaso.

Ontem, em Nápoles, Maria Luísa do Santíssimo Sacramento foi proclamada Beata, no século Maria Velotti, fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas Adoradoras da Santa Cruz. Demos graças a Deus por esta nova Beata, exemplo de contemplação do mistério do Calvário e incansável na prática da caridade.

Hoje a Igreja celebra o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado. Saúdo os refugiados e migrantes presentes na Praça em redor do monumento intitulado “Anjos sem o saber” (cf. Hb 13, 2), que benzi há um ano. Este ano eu quis dedicar a minha mensagem aos deslocados internos, que são forçados a fugir, como aconteceu também com Jesus e a sua família. «Como Jesus, forçados a fugir», o mesmo acontece com os deslocados, os migrantes. A eles, de uma forma especial, e àqueles que os assistem, dirigem-se a nossa memória e a nossa oração.

Hoje celebra-se também o Dia Mundial do Turismo. A pandemia atingiu duramente este sector, tão importante para muitos países. Encorajo quantos se ocupam do turismo, especialmente as pequenas empresas familiares e os jovens. Espero que todos possam em breve reerguer-se das dificuldades atuais.

E agora saúdo-vos, caros fiéis romanos e peregrinos de várias partes da Itália e do mundo. Há tantas bandeiras diferentes! Um pensamento especial às mulheres e a todas as pessoas comprometidas na luta contra os tumores de mama. Que o Senhor ampare o vosso compromisso! E saúdo os peregrinos de Sena que vieram a pé até Roma.

A todos desejo bom domingo, um domingo em paz. Por favor, não vos esqueçais de rezar por mim. Bom almoço e até à vista.

